

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Bruna Bosi Moreira

**A RÚSSIA COMO SUPRIDORA DE HIDROCARBONETOS:
SUPERPOTÊNCIA ENERGÉTICA?**

FLORIANÓPOLIS, 2014

BRUNA BOSI MOREIRA

**A RÚSSIA COMO SUPRIDORA DE HIDROCARBONETOS:
SUPERPOTÊNCIA ENERGÉTICA?**

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharelado.

Orientadora: Prof. Dra. Graciela De Conti Pagliari

FLORIANÓPOLIS, 2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 10 à aluna Bruna Bosi Moreira na disciplina CNM 7280 – Monografia pela apresentação deste trabalho.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Graciela De Conti Pagliari

Maj. Eng. Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves

Prof. Dr. Hoyêdo Nunes Lins

Aos meus pais, por todos os sacrifícios que fizeram por mim.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me concedido a inteligência e as condições que me possibilitaram chegar até aqui. Em um país de miseráveis, sei que sou privilegiada por concluir um bacharelado, especialmente em uma Universidade pública, sustentada por todos, mas acessada por tão poucos.

Agradeço ao meu núcleo familiar, composto pelos meus pais e meus irmãos, pois sem eles eu não seria um por cento sequer do que sou. Ao meu pai Carlos agradeço por todas as orientações que me deu sobre a vida, através de conversas inspiradoras, sempre regadas por muito chimarrão. Contigo, eu aprendi que Khail Gibran estava certo ao afirmar que “a simplicidade é o último degrau da sabedoria”. Obrigada por cada fio de cabelo branco que tu foste adquirindo pela constante preocupação comigo. À minha mãe Luciane agradeço pelo amor incondicional e pela calma que me transmitiu sempre, principalmente neste conturbado semestre. Tu contribuíste muito mais do que imaginas para este trabalho quando me disseste que “pequenos passos vencem grandes distâncias”. És meu ponto de equilíbrio emocional e um exemplo de mulher que eu espero me tornar um dia. Obrigada por abrirem mão de tantas coisas para priorizar minha educação desde sempre.

À minha irmã Marina agradeço pela paciência e por ter me ensinado que o amor mais profundo se constrói através da superação das diferenças e não apenas no que se há em comum. Sem ti, eu não teria conseguido concluir esta etapa. Ao meu irmão Leonardo agradeço também a paciência e a parceria. Neste semestre, compartilhamos ambos a incerteza em relação a nossos futuros, e a tua determinação em vencer foi inspiradora para mim. De maneira geral, agradeço aos dois pelo companheirismo e pelos vários descontos que me deram nos momentos de estresse, nos quais os irmãos geralmente se tornam nossas vítimas imediatas.

Agradeço aos meus avós paternos, vô Carlos e vó Nice, pelos “lanchinhos” ao longo da graduação e pelo interesse constante em minha vida acadêmica. Obrigada por sempre reforçarem que posso contar com vocês a qualquer hora e em qualquer lugar.

À minha orientadora, Prof. Graciela de Conti Pagliari, meus motivos de agradecimento vão muito além da orientação deste trabalho. Sou imensamente grata à senhora pelos sábios conselhos que me deu em relação à entrada no mundo acadêmico e me sinto muito honrada por ter tido como orientadora alguém que sempre tive como referência profissional ao longo da graduação. Muito obrigada pela paciência que a senhora teve comigo, uma acadêmica ainda inexperiente.

Agradeço também a todos os docentes do curso de Relações Internacionais da UFSC que, cada um através de alguma forma particular, contribuíram para o meu amadurecimento pessoal e acadêmico durante estes quatro anos e meio. Acredito que, de alguma maneira, todos estejam presentes neste trabalho.

Por fim, agradeço aos colegas do curso e principalmente às pessoas que constituíram minha segunda família durante a graduação, nas quais eu busquei apoio nos momentos difíceis e com quem eu compartilhei tantas alegrias e histórias. Alexandre San Martim Portes, Desirée Koerich, Luiza Noronha, Maíra Rodrigues, Marina Bordignon, Marina Willrich e Thayse Furtado, obrigada pela parceria, por todos os momentos e por todas as risadas.

*“We can know only that we know nothing.
And that is the highest degree of human
wisdom”.*

(Leo Tolstoy)

RESUMO

Embora seja ainda um tema relativamente novo, a segurança energética tem ganhado centralidade tanto no planejamento estratégico dos países quanto entre os pesquisadores, principalmente após o Choque do Petróleo, na década de 1970. Desde então, a importância de se compreender o cenário energético global tem se tornado fundamental para o próprio entendimento das relações internacionais contemporâneas. Nesse contexto, ganha destaque a posição da Federação Russa, enquanto país detentor de grandes reservas de petróleo e gás natural e como exportador central desses hidrocarbonetos. Somam-se a essa prerrogativa outras vantagens que diferenciam a Rússia de outros Estados também ricos energeticamente, como sua capacidade militar e nuclear, a posição política internacional que exerce através do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e sua localização geográfica estratégica – entre a Europa e a Ásia. Dessa forma, Moscou tem sido percebido pelo Ocidente como uma potencial ameaça à segurança energética Ocidental, pois o país poderia vir a utilizar seus recursos energéticos como arma política. Surge, dessa maneira, a ideia da Rússia como uma superpotência energética, ou seja, como um Estado capaz de utilizar seus recursos energéticos para exercer influência em nível global. Essa possibilidade é, por sua vez, percebida com maior intensidade na sua relação com a União Europeia. Não obstante, como também a Rússia depende da renda obtida através do suprimento europeu, esses dois atores mantêm entre si uma relação de interdependência, ainda que esta seja assimetricamente favorável ao Kremlin. Este trabalho procura analisar essa condição russa, principalmente no âmbito de suas relações com o bloco europeu.

Palavras-chave: Segurança energética; Superpotência energética; Rússia; União Europeia

ABSTRACT

Although it is still a relatively new subject, energy security has been gaining centrality both in the strategic planning of countries and among researchers, especially after the Oil Shock, in the 1970s. Since then, the importance of understanding the global energy scenario has become fundamental to the understanding of contemporary international relations itself. In this context, it is highlighted the position of the Russian Federation as a country holding large reserves of oil and natural gas and as a central exporter of these hydrocarbons. Added to this prerogative are other advantages that distinguish Russia from other energy-rich states, such as its military and nuclear capability, the international political position that it exercises through the Security Council of the United Nations, and its strategic geographical location - between Europe and Asia. Hence, Moscow has been perceived by the West as a potential threat to Western energy security, because the country could use its energy resources as a political weapon. So arises the idea of Russia as an energy superpower, ie, as state able to use its energy resources to exert influence worldwide. This possibility is, in turn, perceived with greater intensity in its relationship with the European Union. However, as Russia also depends on the income earned through the European supply, these two actors keep between them a relationship of interdependence, even if it is asymmetrically favorable to the Kremlin. This paper analyzes this Russian position, especially in the context of its relations with the European bloc.

Keywords: Energy security; Energy superpower; Russia; European Union

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução do preço internacional do petróleo e os gastos com esse recurso como percentagem do PIB mundial.....	27
Figura 2 – Importações brutas de petróleo.....	33
Figura 3 – Importações brutas de gás natural.....	33
Figura 4 – Evolução da produção total de energia da Rússia.....	48
Figura 5 – Evolução do PIB russo (em bilhões de dólares).....	48
Figura 6 – Exportações russas.....	58
Figura 7 – Projeção da demanda energética mundial em 2035.....	59
Figura 8 – Dependência europeia em relação às importações energéticas.....	64
Figura 9 – Origem das importações de petróleo extra-UE.....	65
Figura 10 – Origem das importações de gás natural extra-UE.....	65
Figura 11 – Participação de energias renováveis na UE.....	67
Figura 12 – Participação de energias renováveis por Estado-membro.....	68
Figura 13 – Novos gasodutos.....	71
Figura 14 – Projeto Gasoduto Nabucco.....	72
Figura 15 – Participação (%) da UE nas exportações russas de hidrocarbonetos....	77

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Intervenções militares norte-americanas.....	35
Mapa 2 – Cáucaso e Ásia Central.....	50
Mapa 3 – Eurásia.....	54
Mapa 4 – Mar Cáspio.....	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais intervenções norte-americanas pós-Guerra Fria.....	34
Quadro 2 – Estratégias dos Estados-membros em relação à Rússia.....	73

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Participação das importações da Rússia de petróleo e gás natural por país.....	75
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

AIE – Agência Internacional de Energia

BP – British Petroleum

BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China

BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

BTC – Baku–Tbilisi–Ceyhan

COPRI – Copenhagen Research Institute

CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas

EIA – Energy Information Agency

ESI – Estudos de Segurança Internacional

EUA – Estados Unidos da América

GNL – Gás Natural Liquefeito

KGB – Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti (Comitê de Segurança do Estado)

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PIB – Produto Interno Bruto

SCP – South Caucasus Pipeline

UE – União Europeia

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 SEGURANÇA ENERGÉTICA: PERSPECTIVAS DA ESCOLA DE COPENHAGUE E DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA	19
2.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	23
2.2 A TEMÁTICA ESPECÍFICA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA.....	32
2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	40
3 A RÚSSIA COMO UMA (SUPER)POTÊNCIA ENERGÉTICA.....	42
3.1 O RESSURGIMENTO RUSSO	44
3.2 A (SUPER)POTÊNCIA ENERGÉTICA	53
3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	62
4 A RELAÇÃO RÚSSIA – UNIÃO EUROPEIA.....	64
4.1 A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DA EUROPA	65
4.2 O FORNECIMENTO RUSSO E A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA	74
4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Se consideramos o surgimento das relações internacionais a partir da formação dos Estados-nacionais advindos com a Paz de Vestefália, em 1648, é possível afirmar que desde aquela época as questões de segurança dominaram como preocupações prioritárias dos estadistas. Afinal, por trás de qualquer pretensão encontra-se o objetivo básico da própria existência dos Estados como tais, ou seja, da sobrevivência. Dessa forma, por muito tempo, a segurança permaneceu principalmente relacionada ao setor militar e à manutenção da instituição estatal. No entanto, o Choque do Petróleo, na década de 1970, demonstrou que a sobrevivência não estava ameaçada apenas por questões militares, pois a escassez energética também representava uma fonte de insegurança. Afinal, os recursos energéticos, além de fundamentais para o abastecimento do próprio aparato militar e da indústria de defesa, são também essenciais para a manutenção do desenvolvimento econômico e da estabilidade política e social, pois a energia está relacionada ao próprio modo de vida das sociedades modernas. Evidentemente, essa ampliação da percepção do Estado em relação à origem da insegurança não significou um abandono da importância militar nas ponderações estatais. Pelo contrário, a preocupação militar permaneceu central, mas a condição do sistema internacional naquele momento demonstrara que a ameaça militar não era mais a única variável.

Além disso, os Choques do Petróleo demonstraram o quanto o mundo estava interdependente, pois a crise fora causada em função de problemas políticos regionais do Oriente Médio, mas gerou grande instabilidade no mundo ocidental. Essa interdependência aprofundou-se com o fim da Guerra Fria, quando a disputa ideológica já não fazia mais sentido, e é condição fundamental para a compreensão do cenário energético, em termos tanto globais quanto regionais.

Quando pensamos especificamente em segurança energética, as preocupações dos Estados não se afastam da ideia básica de sua própria sobrevivência. Pelo contrário, desde que a Revolução Industrial estabeleceu as diretrizes do desenvolvimento da humanidade, há uma preocupação entre os Estados de que estes possuam os meios necessários para abastecer seus parques industriais, assegurando seu desenvolvimento econômico e social constante. No mundo contemporâneo, a sede por recursos energéticos – catalisada pela Terceira

Revolução Tecnológica – aumenta cada vez mais, em proporção ao crescimento acelerado de países em desenvolvimento e ao esforço de manutenção do *status quo* pelos países centrais. Essa demanda em ascensão choca-se, no entanto, com uma quantidade de recursos energéticos limitada e controlada por poucos fornecedores, os quais nem sempre são amigáveis aos países mais desenvolvidos.

Nesse contexto, destaca-se a posição ocupada pela Federação Russa, detentora de grandes reservas de hidrocarbonetos e percebida pelo Ocidente como uma possível ameaça ao fornecimento mundial desse recurso, levando muitos a argumentarem até mesmo o surgimento de uma superpotência energética. No entanto, a percepção da Rússia como ameaça não advém apenas das suas exportações de petróleo e gás natural. Ela é combinada com a capacidade militar e nuclear do país, com seu crescimento econômico expressivo a partir dos anos 2000, com seu poder de decisão no sistema internacional – através do assento permanente que ocupa no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – e com a localidade geoestratégica em que se encontra – entre a Europa e a Ásia.

É, por sua vez na relação da Rússia com a União Europeia (UE) que se observa o exemplo mais paradigmático da influência do país, uma vez que o bloco depende diretamente do fornecimento do Kremlin em termos energéticos. No entanto, essa interação não gera uma simples dependência de Bruxelas em relação a Moscou, pois se por um lado a Rússia pode cortar o fornecimento de hidrocarbonetos, por outro deixa de receber a renda proveniente desse comércio. Por isso, configura-se como uma interdependência a relação entre as duas partes, isto é, uma dependência mútua. No entanto, trata-se do comércio de um produto estratégico e fundamental para a segurança dos Estados e, portanto, a Rússia, como detentora desses recursos, possui vantagem na relação. Assim, entre esses dois atores existe uma interdependência assimétrica favorável ao Kremlin.

Dado o exposto, este trabalho focar-se-á na posição ocupada pela Rússia no contexto da segurança energética. Mais precisamente, será analisada a relação de interdependência energética entre Rússia e União Europeia, na qual aquele país possui significativa vantagem. Dessa forma, argumenta-se que a assimetria de poder existente entre esses dois atores garante maior poder de barganha à Rússia, o que reforça sua percepção de superpotência energética, e contribui para o aumento da sensibilidade e vulnerabilidade do bloco europeu. Temporalmente, o trabalho se limitará ao período compreendido entre o ano 2000, quando Vladimir

Putin foi eleito presidente russo, e maio de 2014, quando a Rússia assinou um acordo energético com a China. Por fim, devido à sua importância majoritária em relação a outros recursos, a análise será limitada ao petróleo e ao gás natural.

Dessa forma, este trabalho tem por objetivo central responder à seguinte pergunta: o suprimento russo de hidrocarbonetos à União Europeia é condição suficiente para que o país possa utilizar seus recursos energéticos como arma política? Inicialmente, parte-se da hipótese de que mesmo gerando consequências prejudiciais para si mesma caso ameace o fornecimento de hidrocarbonetos – seja através do corte no abastecimento ou através da elevação dos preços – a Rússia consegue utilizar seus recursos energéticos como arma política, pois é capaz de aliar esses recursos a outras capacidades para gerar insegurança no sistema internacional. Como exemplo mais evidente dessa posição está a relação entre Rússia e UE, caso específico, mas que, em certa medida, simboliza a posição russa na geopolítica energética mundial.

Como marco referencial teórico, esta pesquisa ancorar-se-á em duas frentes. Primeiramente, aborda-se a segurança energética e a condição russa nesse âmbito. Para isso, utiliza-se a Escola de Copenhague, através dos conceitos de *securitização* e do *speech-act*. Posteriormente, ao analisar-se o caso específico da UE, emprega-se a teoria da interdependência, com o objetivo de melhor compreender a relação assimétrica envolvendo as duas partes, bem como a sensibilidade e a vulnerabilidade do bloco em relação à Rússia.

O primeiro capítulo tem por objetivo o embasamento teórico do problema de pesquisa, contextualizando a inclusão do tema na agenda internacional de segurança e analisando sua evolução desde então. No segundo capítulo, procura-se demonstrar a centralidade dos recursos energéticos no processo de ressurgimento russo, bem como analisar a percepção da Rússia como uma superpotência energética. Por fim, o terceiro capítulo pretende avaliar a relação de interdependência assimétrica entre a Rússia e a UE, a qual representa a manifestação mais evidente da possibilidade da utilização russa de seus recursos energéticos para fins políticos.

2 SEGURANÇA ENERGÉTICA: PERSPECTIVAS DA ESCOLA DE COPENHAGUE E DA TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA

[...] não é possível explicar as dinâmicas dos assuntos de segurança global sem reconhecer a importância crucial da competição por recursos. Para quase todos os países do mundo, a busca ou proteção de materiais essenciais tornou-se um elemento fundamental no planejamento da segurança nacional (KLARE, 2002, p. 14, tradução nossa¹).

A segurança energética é uma preocupação relativamente nova, tanto para pesquisadores quanto para estadistas. Sua entrada para a agenda internacional de segurança tem sua data marcada pelo choque do petróleo², na década de 1970³. Com este acontecimento, percebeu-se que as preocupações militares não eram suficientes para garantir a segurança, a qual estava sendo ameaçada naquele momento pela alta dos preços do petróleo. Pelo contrário, o próprio setor militar estaria comprometido sem recursos energéticos para abastecê-lo.

¹ No original: “[...] it is not possible to explain the dynamics of global security affairs without recognizing the pivotal importance of resource competition. For almost every country in the world, the pursuit or protection of essential materials has become a Paramount feature in national security planning”.

² O Choque do Petróleo foi uma retaliação ao “Ocidente”, principalmente aos EUA, pelos países membros da OPEP, por seu apoio a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. A medida consistiu em um embargo a EUA e Europa, o que gerou um aumento expressivo nos preços.

³ Adota-se aqui este marco temporal, mas admite-se que a importância da segurança energética já era percebida muito antes: “[...] the point at which energy security became a decisive factor in international relations was a century ago, as a result of a naval debate in the years preceding the First World War” (YERGIN, 2012, p. 266). Da mesma forma, Klare (2002, p. 30) afirma: “the critical turning point came in 1912, when the British Admiralty [...] decided to convert its combat vessels from coal to oil propulsion”. No entanto, Fuser (2013) esclarece que foi a partir do Choque em 1973 que o conceito de segurança energética teve sua origem, pois passou a ser interpretada através de uma lógica Norte-Sul, passando a ser percebida como uma prioridade estratégica dos países mais ricos. Klare também admite a importância deste acontecimento ao afirmar que “with the outbreak of the October 1973 Arab-Israeli conflict, [...] the perception of oil as a strategic commodity took an entirely new meaning” (2002, p. 32).

Como resposta ao Choque do Petróleo, os países importadores de recursos energéticos criaram a Agência Internacional de Energia⁴ (AIE), órgão intergovernamental cujo objetivo é contribuir para a segurança energética de seus membros. Dessa forma, estes países procuravam fazer uma contraposição à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)⁵ e minimizar as chances de um novo choque.

Transposta a crise do petróleo, o mundo desfrutou de um período de tranquilidade tanto em relação à oferta quanto aos preços, o que deixou a segurança energética em menor evidência. Além disso, vivia-se a Guerra Fria, na qual os assuntos militares e de defesa constituíam-se como preocupações prioritárias. Nessa época, havia ameaças mais iminentes, principalmente em relação à corrida armamentista, em que os países procuravam superar a capacidade militar de seu adversário de forma contínua. Além disso, parte fundamental da disputa entre as duas superpotências dizia respeito às ideologias opostas defendidas por cada uma delas. Por isso, a expansão do comunismo era interpretada por Washington como uma ameaça à sua segurança nacional e a contenção do adversário concentrava os principais esforços do planejamento estratégico do país. Nesse sentido, a formação de alianças era indispensável. Não havia, portanto, nem necessidade nem espaço para que o sistema Estatal da época se preocupasse com a questão energética, embora isso não signifique que essa preocupação tenha abandonado a esfera da segurança, permanecendo apenas subordinada a questões securitárias mais urgentes.

A partir da década de 1990, com o fim da bipolaridade, os Estados passaram a dar crescente importância a questões econômicas e de recursos, incentivados por um processo de *economização*⁶ dos assuntos de segurança internacional. Assim, enquanto no passado pensava-se que o poder nacional residisse na posse de um poderoso arsenal e na manutenção de alianças, ele é agora associado com o dinamismo econômico e com a inovação tecnológica (KLARE, 2002).

⁴A AIE, com sede em Paris, foi criada em 1947 com o objetivo de coordenar uma resposta de seus membros em caso de corte no fornecimento, através da liberação de estoques para o mercado. Hoje, seu papel ampliou-se e a agência produz análises e estatísticas importantes (FUSER, 2013).

⁵A OPEP foi fundada em 1960 pelos principais exportadores de petróleo para que estes pudessem obter maiores lucros com suas exportações, pois a maior parte deste ficava com as grandes empresas petrolíferas, em sua maioria britânicas e americanas (FUSER, 2013).

⁶O termo implica uma maior importância da economia quando se fala em segurança internacional. Economização significa que cada vez mais a segurança internacional tem sido pautada pela ótica econômica; significa levar a segurança internacional para a esfera econômica.

Essa mudança na percepção da segurança ocorreu em função da nova conjuntura, em que não havia mais um inimigo claro a ser contido, nem uma ideologia específica a ser combatida, possibilitando que as preocupações militares fossem aliviadas⁷. Desde então, a busca por assegurar o crescimento econômico tem sido central no planejamento dos Estados. Uma vez que a economia somente funciona quando suas indústrias⁸ são abastecidas por recursos energéticos, a estes foi atribuída uma importância estratégica. Essa preocupação aumentou ainda mais a partir do ano 2000, quando cresceu a percepção de desproporção entre o consumo e a oferta desses recursos (FUSER, 2013).

Dessa forma, embora possa parecer um conceito difuso, a segurança energética está se configurando como um assunto prioritário dos Estados e sua importância pode ser facilmente evidenciada pelos efeitos que produz: “A segurança energética pode parecer uma preocupação abstrata – certamente de suma importância, embora vaga, um pouco difícil de definir. Mas interrupção e turbulência – e seus riscos evidentes – demonstram sua tangibilidade e como é fundamental para a vida moderna” (YERGIN, 2012, p. 266, tradução nossa⁹). Isso porque estamos cercados por produtos derivados do petróleo, além de dependermos cada vez mais de automóveis que precisam ser abastecidos e de o mundo estar cada vez mais industrializado. A este respeito, Oliveira (2012, p. 27) afirma que “tornou-se senso comum associar a disponibilidade de fontes de energia modernas à própria noção de Civilização”. Afinal, a questão energética não é fundamental apenas no âmbito do crescimento e da competitividade de um país, mas também na própria manutenção do modo de vida moderno.

Dentre os diversos recursos energéticos com os quais a evolução tecnológica nos permite contar atualmente, os mais utilizados permanecem sendo o petróleo e o gás natural. Em 2011, o petróleo foi responsável por 40,8% do consumo energético mundial e o gás natural, por 15,5% (AIE, 2013). Juntos, portanto, esses dois recursos somam 56,3% do consumo total, parcela extremamente significativa, mas

⁷ Com os atentados de 11 de setembro de 2001, os assuntos de segurança retornam ao topo da agenda, a qual volta a assumir uma forma mais militarizada. Esse fenômeno não inclui apenas o terrorismo internacional, mas também a segurança energética, principalmente nos EUA.

⁸ Destaca-se a importância das indústrias para a economia de um Estado, mas deve-se ter em conta que o petróleo está presente também nos fertilizantes. Logo, sua importância estende-se ao setor agrícola.

⁹ No original: “Energy security may seem like an abstract concern – certainly important, yet vague, a little hard to pin down. But disruption and turmoil – and the evident risks – demonstrate both its tangibility and how fundamental it is to modern life”.

que se tornou inversamente proporcional à oferta. Essa situação tem motivado investimentos em novas fontes de energia, a partir de recursos renováveis. Ainda assim, no entanto, as previsões da AIE apontam para a continuidade da dupla de hidrocarbonetos como predominantes, embora o petróleo com tendência a uma taxa decrescente, pois acredita-se que já tenhamos atingido seu pico¹⁰. Isso pode ser explicado pelos altos custos envolvidos no desenvolvimento de novas tecnologias, tanto em termos financeiros quanto temporais, uma vez que os resultados desse tipo de investimento vêm a longo prazo.

O petróleo é fundamental para o funcionamento da economia, pelo simples fato de estar presente em tudo à nossa volta, além de sustentar nosso transporte e agricultura, pois se encontra também nos fertilizantes. Ele representa, portanto, interesses fundamentais dos Estados, pois está relacionado com sua própria sobrevivência como tais. Não obstante, ele é também cobiçado pelas empresas privadas, as quais muitas vezes são elas próprias “instrumentos de estratégias estatais” (FUSER, 2013, p. 87), pois são utilizadas pelos Estados como forma de garantir o fornecimento a preços estáveis. O petróleo constitui-se, assim, como “a mais importante fonte de energia da gigantesca engrenagem produtiva mundial” (LINS, 2006, p. 10).

O gás natural, por sua vez, é a fonte primária que mais cresce no mundo, visto como um recurso de transição entre um sistema em que predomina a utilização do carvão e do petróleo e outro mais diversificado, com maior participação das fontes renováveis (FUSER, 2013). Além disso, o gás natural constitui-se como uma opção menos prejudicial ambientalmente em relação a outros combustíveis fósseis, em especial ao carvão. Por isso, sua participação tende a aumentar, principalmente em mercados emergentes, como a China. Ademais, embora ainda envolva custos que algumas vezes não compensam, o advento do gás natural liquefeito¹¹ (GNL)

¹⁰ A teoria do pico do petróleo foi elaborada pelo geofísico Marion Hubbert na década de 1950. Segundo ele, a extração de petróleo pode ser graficamente representada por uma curva em forma de sino, ou seja, no início a produção eleva-se rapidamente, mas quando metade das reservas tiverem sido exploradas, começa uma queda, devido ao esgotamento do recurso. Hubbert previu que os Estados Unidos atingiriam seu pico na década de 1970, o que de fato ocorreu (FUSER, 2013).

¹¹ A liquefação do gás permite transportá-lo através de navios, como ocorre com o petróleo, pois em seu estado natural, o gás precisa ser transportado via gasodutos e conseqüentemente acaba restrito a mercados regionais. Por isso, o GNL tem sido apontado como uma forma de tornar global o mercado de gás e, portanto, menos sujeito a instabilidades provocadas por algum fornecedor isolado, como ocorreu com relação ao abastecimento russo à UE em 2006 e 2009.

tem possibilitado que este recurso deixe de ser um negócio regional para atuar em um mercado global.

Nesse contexto energético dominado por estes dois recursos tradicionais, destaca-se a posição ocupada pela Federação Russa, detentora de grandes reservas de hidrocarbonetos¹², capacidade militar, posição política relevante – pois possui assento permanente no CSNU – e localização geográfica estratégica. A partir da combinação desses fatores, o país vem sendo percebido pela comunidade internacional como um ator de grande importância, levando muitos a argumentarem até mesmo o surgimento de uma superpotência energética¹³. Essa condição é particularmente expressiva quando se observa sua relação com a União Europeia, extremamente dependente do país energeticamente.

Este capítulo tem, pois, como objetivo embasar teoricamente o problema proposto. Para isso, primeiramente será feita uma breve contextualização da evolução dos estudos de segurança internacional (ESI) no âmbito das Relações Internacionais, com ênfase na Escola de Copenhague e na Teoria da Interdependência, pilares teóricos deste trabalho. A primeira abordagem permite analisar a partir de que momento os assuntos relacionados à energia entraram para a esfera da segurança, bem como a atual percepção de que a Rússia possa se constituir como uma ameaça ao seu principal demandante, a UE. A segunda abordagem serve para que melhor se compreenda a relação existente entre estes dois atores, a qual parece constituir-se como uma interdependência assimétrica favorável a Moscou. Em seguida, tratar-se-á da problemática específica da segurança energética, esclarecendo seus principais conceitos e apontando os principais atores envolvidos em sua dinâmica.

2.1 A EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE SEGURANÇA INTERNACIONAL

As questões de segurança internacional estiveram entre as preocupações prioritárias dos Estados desde sua formação tal qual a concebemos hoje. Esses

¹² Petróleo, gás natural e carvão mineral são recursos com origem nos hidrocarbonetos. Neste trabalho, contudo, devido à sua importância majoritária, por hidrocarbonetos deve-se compreender petróleo e gás natural apenas.

¹³ O termo *superpotência* foi cunhado em 1944, por William Fox, para referir-se a Estados que possuem uma posição dominante no sistema internacional e que conseguem projetar poder em uma escala global. Maiores considerações sobre esse conceito serão feitas no segundo capítulo.

assuntos de alta política recebem tamanha atenção do Estado pois estão relacionados à sua própria sobrevivência no contexto de um sistema internacional anárquico, onde não contamos com a presença de um *Leviatã* organizador das relações interestatais. Essa priorização das questões de segurança é refletida nas abordagens teóricas encontradas no âmbito acadêmico, cujas principais correntes admitem ser o Estado o ator mais importante das relações internacionais, ainda que algumas escolas questionem sua exclusividade¹⁴.

Durante muito tempo, os ESI estiveram relacionados fundamentalmente ao Estado e à sua sobrevivência no sistema internacional anárquico, predominando a ideia de que assegurar o Estado era a melhor forma de proteger outros objetos referenciais (BUZAN; HANSEN, 2012). Mais especificamente, o escopo dessa subdisciplina era formado por questões de cunho militar e que representassem, portanto, uma ameaça existencial ao Estado, pois vivia-se o contexto da Guerra Fria. A partir da década de 1980, no entanto, alguns acadêmicos já reivindicavam a necessidade de incluir outros aspectos, como econômicos e ambientais, no escopo destes estudos. Com o fim da Guerra Fria, aprofundou-se o debate sobre a ampliação da agenda de segurança internacional para que esta passasse a incluir novos atores e novas ameaças. Destaca-se aqui a Escola de Copenhague, que propôs a expansão do conceito desde que as ameaças se enquadrassem na lógica das medidas extremas (BUZAN; HANSEN, 2012)¹⁵.

A Escola de Copenhague refere-se a um grupo de pesquisadores do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), que propôs uma abordagem inovadora para os estudos de segurança internacional. Para eles, a segurança está relacionada à sobrevivência, ou seja, é quando um assunto é apresentado como uma ameaça *existencial* para um objeto referencial específico, permitindo, dessa forma, a adoção de medidas extraordinárias.

A necessidade é construir uma conceituação de segurança que signifique algo muito mais específico do que qualquer ameaça ou problema. Ameaças e vulnerabilidades podem surgir em muitas áreas diferentes, militares e não militares, mas para contar como questões de segurança elas têm que atender a critérios estritamente definidos que as distinguem do funcionamento normal do meramente político. Elas têm que ser organizadas como ameaças existenciais para um objeto referencial por um ator

¹⁴ Para maiores informações, ver LAKE, 2010 e VIOTTI; KAUPPI, 1987.

¹⁵ O escopo dos estudos de segurança internacional é objeto de debate entre diferentes abordagens teóricas, não havendo um consenso entre os pesquisadores. Para maiores informações sobre o assunto ver Buzan e Hansen (2012) e Hough (2004).

securitizador que, assim, gera endosso de medidas de emergência além das regras que de outra forma seriam vinculadas (BUZAN, WAEVER, WILD, 1998, p, 5, tradução nossa¹⁶).

Deparados com o debate entre tradicionalistas – que argumentavam que segurança internacional referia-se estritamente a questões militares que ameaçassem somente a entidade estatal – e ampliadores – que defendiam um maior escopo para a segurança, o qual incluísse também ameaças não militares e objetos referenciais não estatais – a Escola posicionou-se de maneira intermediária. Os acadêmicos dessa corrente compartilhavam com os ampliadores a ideia de que as ameaças à segurança internacional não eram apenas militares, mas também ambientais, econômicas, sociais e políticas. No entanto, concordavam com os tradicionalistas em seu principal argumento, o do risco da incoerência intelectual, pois ao acrescentar tantas ameaças ao escopo destes estudos, o conceito poderia tornar-se vazio. (BUZAN, WEAVER, WILD, 1998). Com isso,

o quadro da escola de Copenhague apoia o lado dos ampliadores em termos de manter a agenda de segurança aberta a diferentes tipos de ameaça. [...] Ela constrói uma visão mais radical dos Estudos de Segurança, explorando as ameaças a objetos referenciais e a securitização dessas ameaças, que são não-militares bem como militares. [...] Ela busca coerência não confinando segurança ao setor militar, mas explorando a lógica da própria segurança, para descobrir o que diferencia segurança, e o processo de securitização, do que é meramente político (BUZAN, 1997, p. 13, tradução nossa¹⁷).

Assim, surge a principal contribuição da Escola para os estudos de segurança internacional: o conceito de securitização, ou seja, o processo através do qual um assunto deixa de ser tratado na esfera política e passa para a da segurança. Afinal, “[...] designar um problema como um assunto de segurança não é apenas uma questão teórica, mas carrega um significado do ‘mundo real’” (HOUGH, 2004, p. 14,

¹⁶ No original: “The need is to construct a conceptualization of security that means something much more specific than just any threat or problem. Threats and vulnerabilities can arise in many different areas, military and nonmilitary, but to count as security issues they have to meet strictly defined criteria that distinguish them from the normal run of the merely political. They have to be staged as existential threats to a referent object by a securitizing actor who thereby generates endorsement of emergency measures beyond rules that would otherwise bind”.

¹⁷ No original: “The Copenhagen school framework comes down on the side of the wideners in terms of keeping the security agenda open to many different types of threat. [...] it constructs a more radical view of Security Studies by exploring threats to referent objects, and the securitization of these threats, that are non-military as well as military. [...] it seeks coherence not by confining security to the military sector, but by exploring the logic of security itself, to find out what differentiates security, and the process of securitization, from that which is merely political”.

tradução nossa¹⁸), ou seja, envolve a adoção de medidas além das regras do jogo político, com consequências importantes para a vida política e social.

A securitização pode ser vista como uma versão mais extrema da politização, constituindo-se como um processo para se alcançar o último estágio de uma escala composta por três esferas: a dos assuntos não politizados, a dos politizados e a dos securitizados. Enquadrar um assunto nesta última significa trata-lo como uma ameaça existencial, a qual requer, portanto, medidas emergenciais, que vão além do espectro político. Esse processo de securitização é realizado através do *speech-act*, ou seja, através de um discurso de segurança, proferido por um agente securitizador (BUZAN, WEAVER, WILD, 1998).

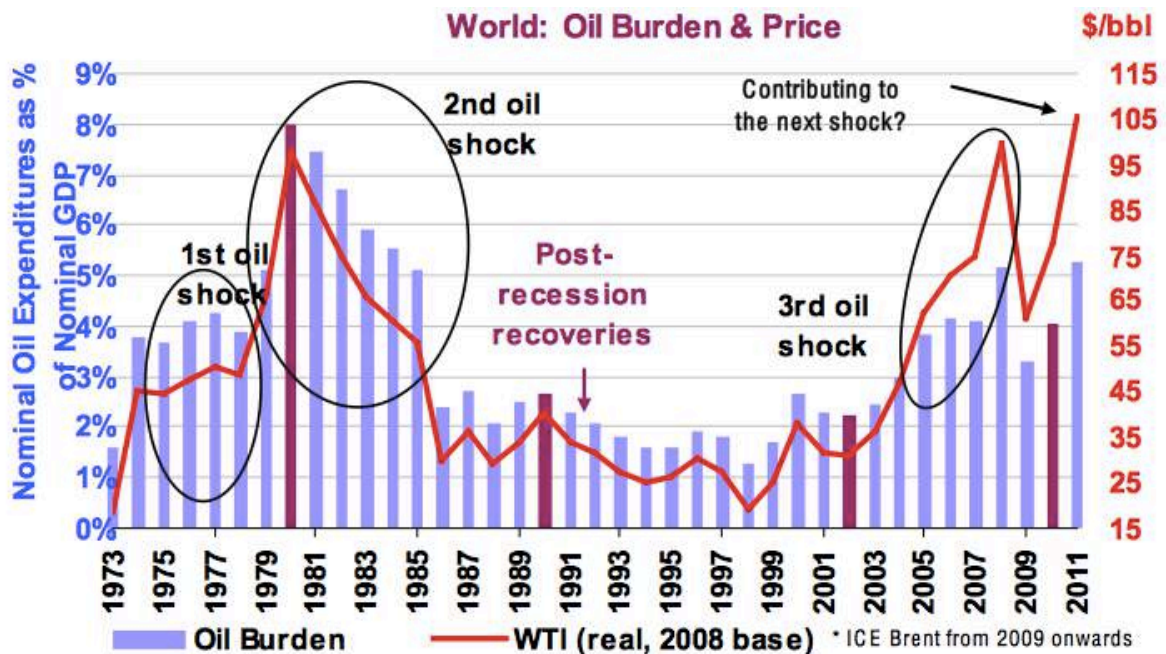
Aplicando-se a teoria ao caso específico abordado neste trabalho, observa-se a escala de securitização pela qual passaram os assuntos relacionados à energia. Quando em abundância, os recursos não eram sequer pensados em termos políticos, pois a escassez não se constituía como uma ameaça. Com a Primeira Guerra Mundial, quando o Reino Unido substituiu o carvão como combustível de seus tanques de guerra pelo petróleo, o tema foi politizado, pois a vantagem sobre os alemães foi inegável, mas se deu às custas de um recurso que o país não possuía suficientemente, necessitando buscá-lo no Oriente Médio. Em 1973, com o primeiro choque do petróleo, o fornecimento estava sendo fortemente comprometido e os preços atingiram um patamar preocupante para a manutenção do desenvolvimento dos países industrializados, ameaçando existencialmente os Estados importadores. A Figura 1 mostra a evolução dos preços internacionais do petróleo, em que se observa esse aumento expressivo causado pelos choques daquela década. Com isso, a partir dessa utilização dos recursos energéticos como arma política, o tema passa à esfera da segurança, justificando, pois, o emprego de medidas além das regras do jogo.

O objeto referencial neste caso são os Estados importadores, pois embora a escassez afete o indivíduo, é no nível estatal que ela é percebida como ameaça existencial e é em relação a este objeto que o assunto foi securitizado. Esse processo foi realizado pelos agentes securitizadores através do discurso político. Esses agentes, por sua vez, são também representantes destes Estados dependentes energeticamente, o que igualmente se insere na perspectiva da Escola

¹⁸ No original: “[...] designating an issue as a matter of security is not just a theoretical question but carries ‘real world’ significance”.

de Copenhague, para a qual o Estado mantém-se como agente securitizador exclusivo, mesmo com a ampliação de ameaças e de objetos referenciais.

Figura 1 – Evolução do preço internacional do petróleo e os gastos com esse recurso como porcentagem do PIB mundial



Fonte: AIE, 2012a

Dessa forma, portanto, a questão energética passou da esfera política à de segurança e segue sendo interpretada dessa forma até o presente. Assim, medidas extraordinárias, como o uso da força, são justificadas, pois objetivam a manutenção da própria existência ameaçada. Na prática, essa lógica tem sido observada em diversas intervenções militares, embora frequentemente mascaradas por motivos retóricos mais nobres ou simplesmente mal compreendidas pelos analistas:

[...] não foi ainda suficientemente entendido que a primeira grande guerra interestatal da era pós-Guerra Fria, a Guerra do Golfo de 1991, que foi travada pelo controle do petróleo da região, não representa uma aberração para o sistema [...], mas em vez disso, sugere a evolução de um novo padrão de guerra (PETERS, 2004, p. 189, tradução nossa¹⁹).

¹⁹ No original: "[...] it has not yet been sufficiently understood that the first major interstate war of the post-Cold War era, the 1991 Gulf War, which was fought for the control of the region's oil, does not represent an aberration to the international system [...], but instead hints at the evolution of a new pattern of war".

Assim, muitas intervenções também têm como objetivo fundamental evitar o uso de recursos energéticos como arma política pelos países detentores das maiores reservas. Atualmente, no entanto, essa ameaça, até então circunscrita ao Oriente Médio, passa a incluir também a Rússia, potência que vem sendo percebida como uma potencial preocupação para os países ocidentais. Isso decorre do potencial que esse país possui de aliar sua capacidade energética a seu poderio militar, capacidade nuclear, posição política internacional – como membro do CSNU – e localização geoestratégica – entre Europa e Ásia. Somam-se a esses fatores a herança de sua condição como ex-superpotência ideologicamente divergente dos Estados Unidos (EUA), o que, mesmo com o fim da Guerra Fria, ainda incentiva desconfianças em relação às intenções russas para o Ocidente. Além disso, no caso da Rússia, a ameaça é percebida também, e principalmente, em função da balança de poder em relação à Europa, destino majoritário das exportações russas de hidrocarbonetos²⁰.

Dessa forma, a segurança energética permanece no topo da agenda internacional, pois ainda percebe-se o risco do uso de recursos energéticos como arma política como uma ameaça existencial aos Estados. Além disso, ainda observa-se também o uso de medidas fora das regras do jogo político para lidar com o problema. A diferença é que, atualmente, um novo ator, a Rússia, até então adormecido pelos efeitos da desintegração soviética, tem sido incorporado ao quadro de possíveis ameaçadores. O caso mais emblemático dessa construção é a relação energética entre este país e a União Europeia, seu principal mercado consumidor de petróleo e gás natural. No entanto, apesar da forte dependência energética do bloco, ela não é unilateral, pois também Moscou depende economicamente desse mercado. Assim, a dinâmica entre esses dois atores constitui-se como uma relação de interdependência, ou seja, de dependência mútua.

²⁰ Não se pretende aqui diminuir a importância do Oriente Médio como grande fornecedor internacional de recursos energéticos nem tampouco excluir a possibilidade de que os países dessa região venham a utilizar estes recursos como arma política. O que se afirma é que a percepção de ameaça envolvendo a possibilidade deste tipo de ação tem sido percebida ultimamente também em relação à Rússia, principalmente no âmbito do fornecimento à UE. É esperada uma queda na participação do Oriente Médio no fornecimento energético mundial de 46% em 2012 para 38% em 2035 (BP, 2014). Cabe destacar também que a partir dos anos 2000, os EUA adotaram uma política de maximização da oferta de recursos energéticos em escala global, incrementando as importações de petróleo da América Latina, África e Ásia Central, com fornecedores mais confiáveis do que os do Oriente Médio.

No mundo pós-Guerra Fria, observamos o fortalecimento da interdependência, o que implica um sistema internacional com relações cada vez mais interligadas e nas quais um maior número de atores participa. Quando analisamos o mercado energético, essa dinâmica fica ainda mais evidente: “Há apenas um mercado de petróleo, um sistema complexo e mundial [...]. Para todos os consumidores, a segurança reside na estabilidade desse mercado. Secessão não é uma opção” (YERGIN, 2006, p. 76, tradução nossa²¹). Essa interdependência nos dá uma ideia preliminar da relevância deste assunto para as relações internacionais contemporâneas²², uma vez que as relações interestatais estão fortemente pautadas pelo objetivo básico da segurança energética.

Diante do Choque do petróleo, os teóricos da corrente realista, então dominante, não conseguiam explicar como os países exportadores desse recurso, pertencentes ao chamado Terceiro Mundo, conseguiram ameaçar os países mais desenvolvidos, principalmente os Estados Unidos. Além disso, os realistas também reagiram com perplexidade aos eventos da década de 1970, pois não haviam sido sequer capazes de prevêê-los. Assim, as relações internacionais estavam mudando e a preocupação quase exclusiva da lógica da segurança nacional pensada em termos militares começava a ceder. É neste contexto que Keohane e Nye escrevem o clássico *Power and Interdependence*, em 1977, cuja contribuição principal foi o conceito de interdependência.

A interdependência pode ser conceituada como uma dependência mútua em uma relação entre dois ou mais atores. Na política mundial, ela se refere a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre atores em diferentes países geralmente causados por transações internacionais²³. Não obstante, embora retoricamente nos remeta a um conceito de cooperação mútua, a interdependência também é fonte de poder para os atores nela envolvidos. Isso ocorre porque nem

²¹ No original: “There is only one oil market, a complex and worldwide system [...]. For all consumers, security resides in the stability of this market. Secession is not an option”.

²² A dependência energética dos países foi historicamente construída em torno do petróleo. No entanto, com a demanda aumentando em proporção inversa à disponibilidade deste recurso, os Estados tentam buscar fontes alternativas, mas este movimento ainda é muito incipiente. Por isso, por mais que atualmente haja investimentos em pesquisas que resultem em tecnologias alternativas, são os hidrocarbonetos, e principalmente o petróleo, que têm a maior participação no consumo energético dos Estados. Consequentemente, é este tipo de recurso que prevalece nas relações internacionais envolvendo energia.

²³ Cabe esclarecer que nem todas essas transações resultam em relações de interdependência. A menos que haja custos envolvidos, elas serão apenas interconexões (KEOHANE; NYE, 2001).

sempre a interação é igualmente equilibrada. Pelo contrário, o mais frequente é que ela seja uma relação de interdependência assimétrica e é este tipo de interação que possibilita maiores mecanismos de influência de um ator em relação ao outro, ou seja, é a partir dessa assimetria que surge o processo de barganha política.

Keohane e Nye (2001) entendem o poder como a capacidade de um ator de conseguir que outros atores façam algo que de outra forma não fariam, ou seja, conceituam-no em termos de controle dos resultados. Dessa forma, o poder derivado de uma relação de interdependência assimétrica refere-se ao poder como controle de recursos ou potencial de afetar resultados. Assim, um ator menos dependente geralmente possui algum recurso político relevante – a Rússia e seus recursos energéticos, por exemplo – pois mudanças na interação serão menos custosas para este ator do que para seus parceiros – no caso, a UE.

O processo de barganha em uma interdependência assimétrica pode ser melhor compreendido através de dois conceitos – o da sensibilidade e o da vulnerabilidade. O primeiro pressupõe um quadro de políticas que não pode ser alterado e refere-se a quão rápido mudanças em um país afetam outro e quão grandes são seus efeitos. Um exemplo relacionado ao âmbito energético foi o que ocorreu durante a crise do petróleo na década de 1970, a qual evidenciou a sensibilidade dos países ocidentais, principalmente dos Estados Unidos e da Europa, que não podiam alterar suas políticas energéticas em tão curto prazo. Quando, no entanto, o quadro de políticas pode ser alterado, é preciso analisar quais seriam os custos de ajuste a essa mudança, o que se refere ao segundo conceito. A vulnerabilidade, portanto, diz respeito aos custos de abandono do sistema ou da alteração das regras do jogo. Logo, ao pressupor uma mudança, o conceito possui uma dimensão estratégica. Seguindo o mesmo exemplo anterior, a vulnerabilidade seria medida em relação aos custos envolvidos em uma mudança na política energética dos países afetados pela crise. Assim, todos os importadores mostraram-se sensíveis aos efeitos do Choque, mas aqueles que importavam mais revelaram-se mais vulneráveis, ou seja, encontraram maior dificuldade em alterar sua política energética.

Além disso, a assimetria em uma relação de interdependência existe em várias áreas, o que possibilita aos Estados ligarem questões no âmbito em que são fortes com outras na esfera em que outro Estado se sobressai. Essa estratégia, chamada *linkage strategy* (KEOHANE; NYE, 2001), possibilita a Estados menos

relevantes maior poder de barganha para negociar seus interesses. Nye (2002, p. 233) exemplifica: “[...] em 1996 os Estados Unidos ameaçaram aplicar sanções contra empresas estrangeiras que investissem no Irão [sic] mas, quando confrontados com ameaças europeias de retaliação através de outras ligações, recuaram”. Como explicitado, esse *linkage* aumenta o poder de barganha dos Estados, pois lhes permite utilizar suas forças para negociar, mesmo que estas se refiram a uma relação de interdependência diferente daquela do objetivo a que se quer chegar. Esse mecanismo também aplica-se ao caso da OPEP, pois seus países membros utilizaram o fornecimento de petróleo para conseguir reverter o apoio político dos países ocidentais a Israel.

O caso específico que se objetiva analisar aqui, ou seja, a percepção de que a Rússia pode vir a usar seus recursos energéticos como arma política, tem na relação deste país com a UE seu exemplo mais paradigmático uma vez que esta depende diretamente do fornecimento do Kremlin em termos energéticos. No entanto, não é uma mera relação de dependência a interação entre esses dois atores. Afinal, se por um lado a Rússia pode cortar o fornecimento de hidrocarbonetos, por outro deixa de receber a renda proveniente desse comércio, além de ser passível de receber sanções do Ocidente como forma de retaliação. Não obstante, por se tratar de bens estratégicos, a relação entre as duas partes pode ser melhor definida como sendo de interdependência favorável àquele país, o que lhe permite maior poder de barganha em relação à UE.

Além disso, a situação favorável ao Kremlin aumenta a sensibilidade e a vulnerabilidade da Europa. Em 2009, por exemplo, quando a Rússia – através da estatal Gazprom – cortou o fornecimento de gás à Ucrânia por divergência nos preços, a Europa demonstrou sua *sensibilidade* pois as consequências do corte foram amplamente sentidas, principalmente pelo inverno rigoroso pelo qual passava²⁴. Após este episódio, que já havia ocorrido em 2006, seria de se esperar que a UE tentasse alterar as regras do jogo, buscando alternativas que a possibilitassem sair desse sistema. O que se percebe, no entanto, é que apesar dos investimentos em pesquisa e tecnologia para aumentar a participação de energias renováveis no consumo europeu, a UE permanece bastante dependente dos hidrocarbonetos. Afinal, projetos como esse são caros e seus resultados vêm a

²⁴ Ver notícia: < <http://www.theguardian.com/business/2009/jan/07/gas-ukraine>>.

longo prazo. Além disso, os fornecedores alternativos são limitados, principalmente em relação ao gás natural. Essa condição evidencia a alta *vulnerabilidade* da UE em relação aos recursos energéticos russos, ou seja, são caros os custos de se alterar a assimetria dessa interdependência.

2.2 A TEMÁTICA ESPECÍFICA DA SEGURANÇA ENERGÉTICA

Como conceito, a segurança energética é geralmente trabalhada a partir de uma perspectiva economicista e sob a ótica do fornecimento, ou seja, da oferta. Essa abordagem está principalmente relacionada aos países mais desenvolvidos, tradicionais importadores de recursos energéticos. Assim, para a AIE, representante dos interesses desse grupo de países, segurança energética pode ser definida como

a disponibilidade ininterrupta de fontes de energia a um preço acessível. A segurança energética tem muitos aspectos: a segurança energética a longo prazo lida principalmente com investimentos oportunos para fornecer energia em linha com desenvolvimentos econômicos e necessidades ambientais. Por outro lado, a segurança energética de curto prazo foca na habilidade do sistema energético de reagir prontamente a mudanças repentinas no equilíbrio entre oferta-demanda (AIE, 2014, on-line, tradução nossa²⁵).

No entanto, a segurança energética também deve ser observada do ponto de vista dos fornecedores, isto é, a partir da demanda, pois se os países importadores dependem da oferta, também os exportadores de recursos energéticos são, por sua vez, dependentes dos mercados. Tradicionalmente menos desenvolvidos, esses países focam, portanto, na segurança de demanda, uma vez que suas receitas são compostas por porcentagem esmagadora proveniente da exportação desses recursos (YERGIN, 2006).

Não obstante, o aspecto político também possui importante peso quando se pensa em segurança energética. Um país dependente, por exemplo, de determinado fornecedor, aumentará sua percepção de ameaça caso este sofra alguma instabilidade política, a qual possa comprometer esse fornecimento. Além disso, há a preocupação de que países exportadores utilizem seus recursos para exercer

²⁵ No original: “the uninterrupted availability of energy sources at an affordable price. Energy security has many aspects: long-term energy security mainly deals with timely investments to supply energy in line with economic developments and environmental needs. On the other hand, short-term energy security focuses on the ability of the energy system to react promptly to sudden changes in the supply-demand balance”.

pressão política em seus dependentes. Este foi o caso da disputa entre Rússia e Ucrânia em 2006, a qual teve consequências diretas para a Europa. Por trás da disputa por preços estava a chantagem política de Putin visando ao enfraquecimento de Viktor Yushchenko, no contexto das eleições ucranianas (STERN, 2006).

Adicionando-se, portanto, a dimensão política à equação energética, novos elementos são agregados à análise, para além do conceito simplista de fluxo contínuo a preços razoáveis. Nessa perspectiva ampliada, mudanças de regime político, conflitos de diversas sortes, instabilidade e governos hostis são fatores que aumentam a percepção de ameaça dos importadores. Além disso, estas circunstâncias não valem apenas para os países detentores de recursos energéticos, mas também para os intermediários, ou seja, aqueles através dos quais ocorre o transporte desses recursos até o destino final. Na relação objeto desta análise, por exemplo, mesmo que a UE encontrasse um fornecedor alternativo, como os países da bacia do Mar Cáspio, ainda assim dependeria da Rússia, detentora dos oleodutos e gasodutos necessários para o transporte dos recursos. Nos últimos anos, EUA e UE têm incentivado a construção de dutos alternativos que não passem pelas terras moscovitas²⁶. No entanto, as opções são limitadas, considerando que a escolha logisticamente mais viável seria o Irã, cujos desentendimentos políticos com Washington são significativos o suficiente para descartá-lo como rota alternativa.

Yergin (2012) trata a segurança energética através de suas diferentes dimensões. A primeira delas é a da segurança física, ou seja, a proteção dos recursos, das rotas comerciais, e a capacidade de reposição e substituição em caso de necessidade. Em segundo lugar, está o acesso à energia, o que significa o desenvolvimento e aquisição de suprimento tanto física quanto contratual e comercialmente. Em terceiro lugar, o autor vê a segurança energética como um sistema, formado pelas políticas nacionais e instituições internacionais, as quais devem responder coordenadamente a interrupções de fluxo. Por fim, ele percebe a natureza de longo prazo da segurança energética e, portanto, a vê como investimento, isto é, ela requer desenvolvimento e inovação para garantir o

²⁶ Em 2005, foi inaugurado o BTC (Baku-Tblisi-Ceyhan), duto de 1730 km com o objetivo de fornecer energia à Europa e enfraquecer a posição russa e iraniana no controle deste transporte. A obra custou 3,6 bilhões de dólares e foi realizada graças ao apoio do Azerbaijão e da Geórgia ao projeto norte-americano (ADAM, 2010).

fornecimento e a infraestrutura no futuro. A abordagem estratégica de Yergin assemelha-se a de Oliveira, que compreende energia como

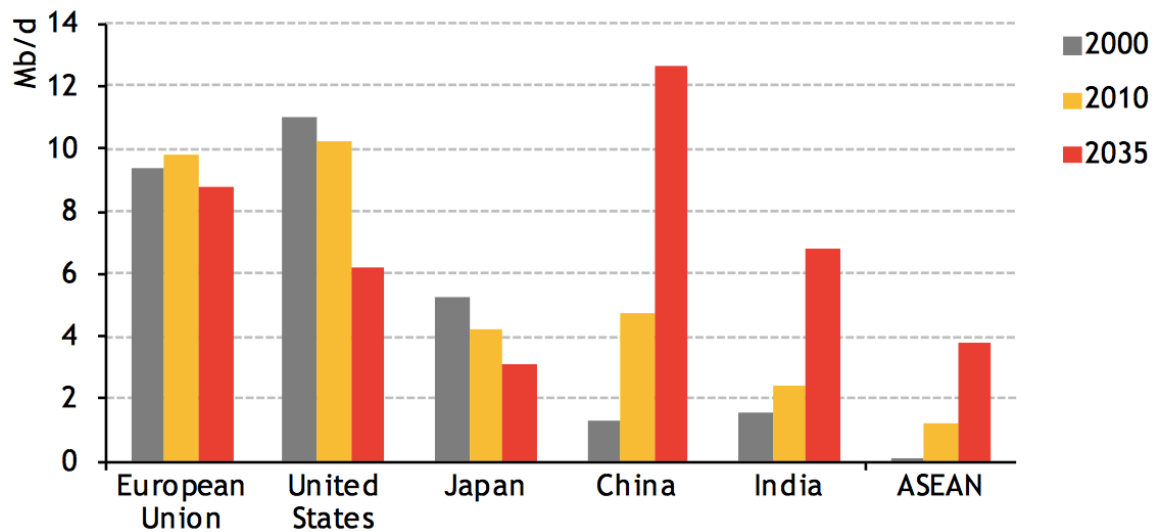
um sistema de variáveis que inclui, desde a extração, distribuição, transformação e uso final de recursos energéticos, até a política e a estratégia energética: a capacidade de planejamento e decisão da construção e do uso da infraestrutura logístico-energética e produtiva, entendido como Centro de Decisão Energética. Neste sentido, Energia é considerada simultaneamente como um recurso, um mecanismo transformador e um indicador da capacidade de exercício de poder, portanto, essencial para analisar a correlação de forças no Sistema Internacional (2012, p. 26).

Embora esses conceitos forneçam uma boa base para a compreensão das dinâmicas da segurança energética, cada país ou região tem suas particularidades. Afinal, “segurança energética não é apenas sobre enfrentar a grande variedade de ameaças; é também sobre as relações entre as nações, como elas interagem umas com as outras, e como a energia impacta sua segurança nacional em geral” (YERGIN, 2012, p. 266, tradução nossa²⁷). China e Índia, por exemplo, são países com demanda energética em franca expansão, porém esta é uma condição recente. Até poucos anos atrás, esses dois países sequer eram considerados quando se falava em segurança energética e atualmente emergem entre os maiores demandantes de recursos. Sua segurança, portanto, está em sua capacidade de ajuste a essa nova realidade. As figuras 2 e 3 mostram as importações de petróleo e gás natural, respectivamente, por países e regiões, explicitando o aumento na demanda sino-indiana por esses hidrocarbonetos.

Já para os Estados Unidos, “discutir segurança energética implica em abordar o problema de seu suprimento sob uma perspectiva que não se restringe ao uso dos seus próprios recursos, mas incorpora recursos globais” (BICALHO; QUEIROZ, 2012, p. 10). Essa questão fica evidente ao observar-se as diversas intervenções lideradas pelo país em zonas energeticamente estratégicas, especialmente no Golfo Pérsico, evidenciando como a segurança energética tem se constituído como uma necessidade intrínseca às decisões de política externa norte-americana. O Quadro 1 resume as principais intervenções lideradas por Washington em países energeticamente relevantes e o Mapa 1 ilustra esse quadro.

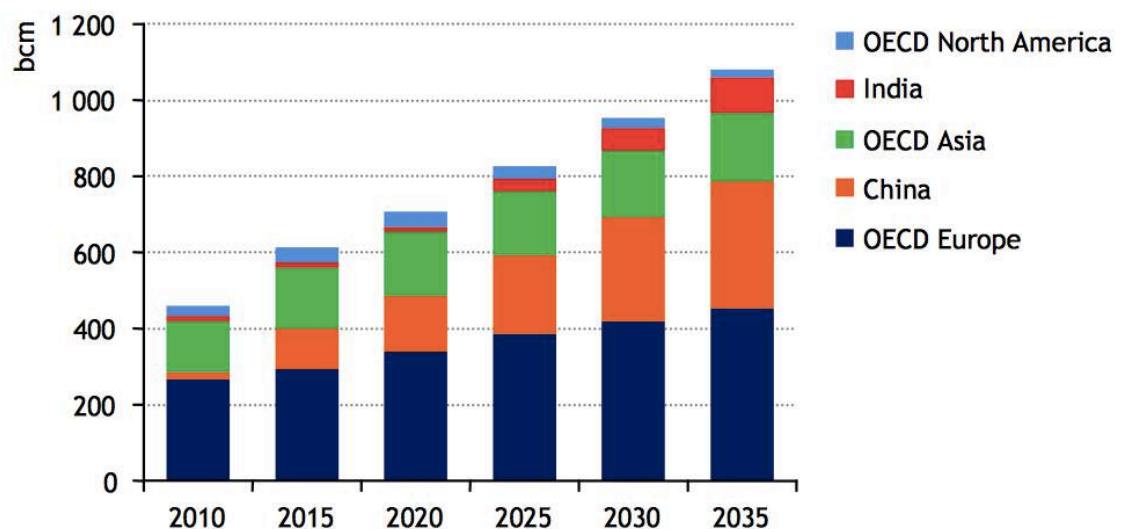
²⁷ No original: “energy security is not just about countering the wide variety of threats; it is also about the relations among nations, how they interact with each other, and how energy impacts their overall national security”.

Figura 2 – Importações brutas de petróleo



Fonte: AIE, 2012a

Figura 3 – Importações brutas de gás natural



Fonte: AIE, 2011

Pode-se citar ainda a constante busca norte-americana pela autossuficiência energética, embora essa busca não seja exclusiva dos EUA. A situação com a qual o mundo desenvolvido deparou-se durante a crise energética dos anos 1970 apontou para uma nova lógica de conflito, não mais entre Leste e Oeste, mas entre Norte, de industrialização avançada e grande demandante de energia, e Sul, detentor de recursos energéticos. Diante dessas circunstâncias, é natural que o mundo setentrional procurasse se desvencilhar da dependência energética através

da autossuficiência. Não obstante, é nos EUA, que esta busca se mescla mais intensamente com o planejamento estratégico do país²⁸.

Quadro 1 – Principais intervenções norte-americanas pós-Guerra Fria²⁹

País	Ano	Contexto
Iraque	1990-91	Resposta à invasão do Kuwait
Arábia Saudita	1990-91	Enviadas tropas para auxiliar na contenção do Iraque
Kuwait	1991	Retorno da família real ao trono
Iraque	1991-2003	Zona de exclusão aérea com o objetivo de proteger os curdos do norte e xiitas do sul
Sudão	1998	Bombardeio a uma indústria farmacêutica suspeita de produzir armas químicas
Afeganistão	1998	Bombardeio a uma base terrorista islâmica
Colômbia	1999	Intervenção econômica e militar nos termos do Plano Colômbia
Afeganistão	2001	Combate ao Talibã e à Al Qaeda, como resposta aos atentados de 11 de setembro
Iraque	2003-2011	A principal justificativa foi o perigo de armas químicas e de destruição em massa sob o regime de Saddam Hussein
Paquistão	2004	Os EUA começam a utilizar ataques aéreos para atingir líderes da Al Qaeda na região próxima à fronteira com o Afeganistão
Líbia	2011	Intervenção através da OTAN com o objetivo principal de proteger civis
Iraque	2014	Intervenção para combater o grupo terrorista Estado Islâmico
Síria	2014	Intervenção para combater o grupo terrorista Estado Islâmico

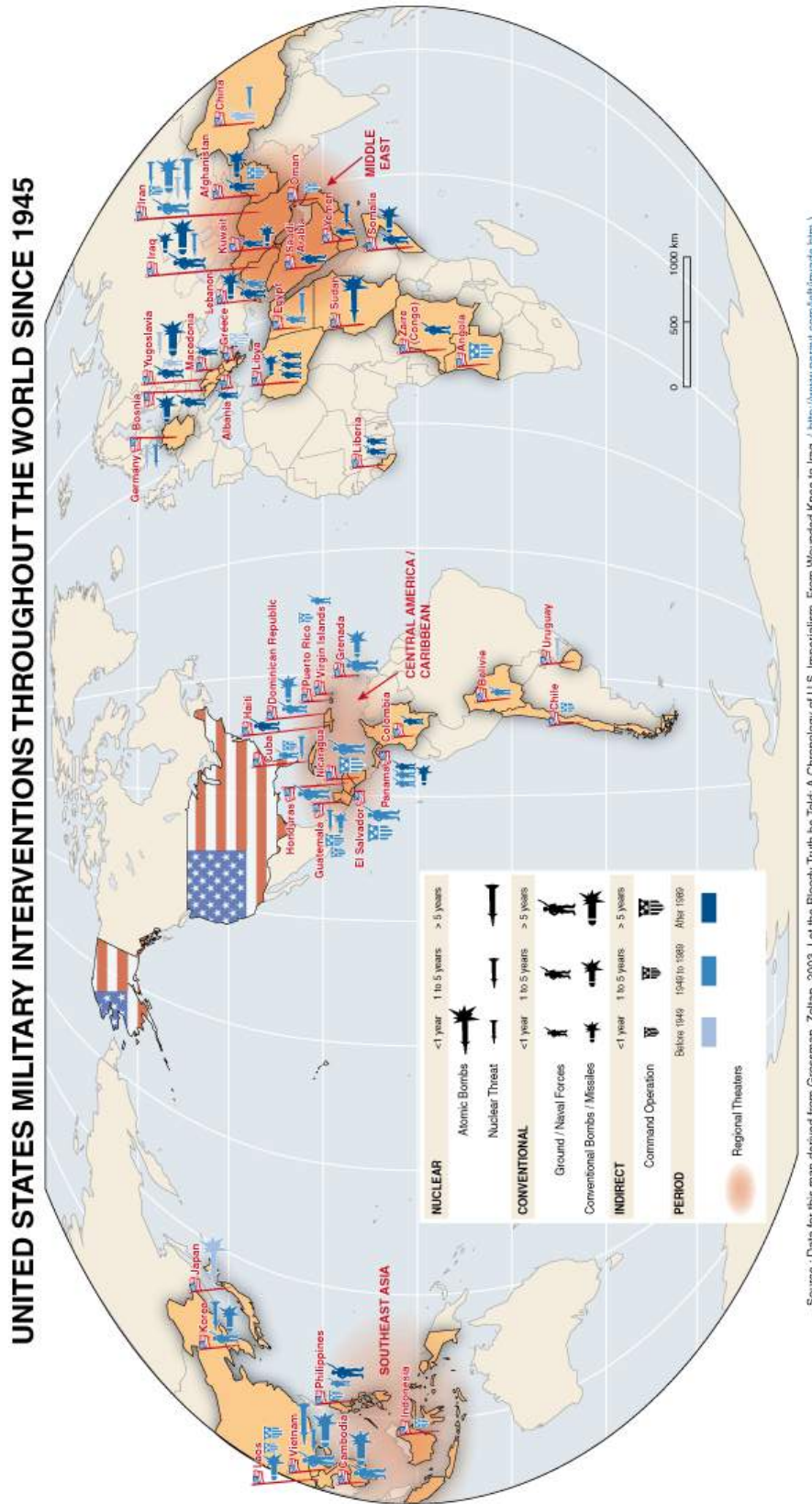
Fonte: Elaborada pela autora

²⁸ A extração de gás e petróleo de xisto nos EUA é um exemplo dessa busca. As previsões (AIE, 2012) apontam que os EUA se tornarão um exportador de petróleo bruto até 2030 graças a essa técnica, mas já são comprovados os danos ambientais e para a saúde que esse processo de extração tem causado no país. Não obstante, mesmo com fortes manifestações de sua população contra a continuidade dessa prática, ela se consolida ainda mais a cada dia, o que evidencia a determinação do governo em livrar-se da dependência de recursos internacionais. O petróleo de xisto representou 29% da produção total de petróleo nos EUA em 2012 e o gás de xisto, 40% da produção total de gás, naquele mesmo ano (EIA, 2013).

Ver notícias: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/04/140403_energia_eua_rb e <http://www.cbsnews.com/news/is-fracking-safe-for-the-public-and-environment/>

²⁹ Foram consideradas como principais intervenções aquelas realizadas em áreas energeticamente estratégicas pra os EUA.

Mapa 1 – Intervenções militares norte-americanas



Fonte: http://thetruthnews.info/USA_intervention_bleu.gif

Na Rússia, foco deste trabalho, é grande o papel do Estado no controle dos vastos recursos energéticos que o país possui. Assim, seu objetivo é reafirmar o controle estatal sobre recursos estratégicos e ganhar primazia sobre os gasodutos e oleodutos principais, através dos quais ela manda seus hidrocarbonetos para os mercados internacionais (YERGIN, 2006). Além disso, a Rússia preocupa-se em manter sua influência em zonas nas quais possui uma liderança natural – como a região da bacia do Mar Cáspio – bem como ampliar sua influência para novas áreas – como seu atual direcionamento para a Ásia.

A União Europeia, por sua vez, tem como fonte de insegurança principal no contexto da questão energética a sua dependência em relação à Rússia. Petróleo e gás natural não são apenas os principais recursos energéticos da UE, mas também os mais importados, configurando um cenário de dependência preocupante para os estadistas europeus.

Dessa forma, a segurança energética pode ser pensada tanto em termos econômicos quanto políticos e a partir da perspectiva tanto da oferta quanto da demanda. Para que melhor se compreenda a dimensão à qual pertence a segurança energética, é necessário retomar a setorização proposta pela Escola de Copenhague no momento da ampliação da agenda. Conforme exposto no item 2.1 deste capítulo, Buzan, Wild e Waever (1998) acrescentam ao setor militar outros quatro: o ambiental, o econômico, o societal e o político. O setor militar diz respeito à proteção do Estado, principal objeto de referência, contra ameaças internas e externas, militares ou não e está cada vez mais concentrado no nível regional e local em detrimento do nível global. É neste setor que a securitização é mais institucionalizada.

Por sua vez, o setor ambiental possui alto nível de politização, mas baixo de securitização, pois sua agenda envolve problemas de longo prazo, os quais não são percebidos como ameaças imediatas pela comunidade internacional. Essa esfera conta também com um maior número de potenciais agentes securitizadores, pois há um envolvimento maior de atores não tradicionais, como organizações não-governamentais e movimentos sociais, que através da pressão política procuram levar o assunto à esfera de segurança. Os autores (BUZAN, WAEVER, WILD, 1998) ressaltam também que embora as tentativas de securitização dos temas ambientais tenham sido feitas a nível sistêmico, o que contribui para sua alta politização, é no

nível local que o movimento em direção à esfera de segurança tem obtido maior sucesso.

Quanto ao setor econômico, os teóricos da Escola de Copenhague deparam-se com uma dificuldade adicional: como falar em segurança econômica se o próprio sistema capitalista espera que os atores sintam-se inseguros no mercado? A hipótese é que a insegurança econômica será uma ameaça quando estender-se para o setor político e militar. Essa construção é observada principalmente naqueles setores da economia ligados à sobrevivência física do Estado, como o fornecimento de materiais estratégicos e as indústrias de base (TANNO, 2003).

Já o setor societal está relacionado a identidades em nível coletivo, ou seja, refere-se à identificação de um grupo social como tal. Assim, insegurança neste setor significa uma ameaça à continuidade dessa comunidade, tanto em termos de nação quanto de parcelas menores dentro de um Estado que se identificam religiosa ou racialmente (BUZAN, WAEVER, WILD, 1998).

Por fim, o setor político refere-se à estabilidade da ordem social e lida principalmente com as ameaças não-militares à soberania estatal. Estas ameaças estão relacionadas com reconhecimento e legitimidade, mas o objeto referencial não se limita aos Estados, englobando também outras unidades políticas. Este é o setor mais abrangente, pois ameaças e defesas são constituídas politicamente, sendo a própria securitização um ato político. (BUZAN, WAEVER, WILD, 1998).

Com base nessa setorização proposta pela Escola, pode-se pensar em qual setor a segurança energética se enquadra. O petróleo é fundamental para o abastecimento do aparato de defesa dos estados e, portanto, está intimamente ligado ao setor militar. Segurança energética, analisada dessa forma, confunde-se com a própria segurança militar dos Estados.

No entanto, a exploração de recursos também envolve questões ambientais e há uma forte pressão por parte da sociedade internacional para que os combustíveis fósseis sejam substituídos por fontes renováveis. Logo, a segurança energética também está incluída no setor ambiental.

Não se pode, todavia, falar em recursos energéticos sem envolver a economia. Toda a atividade econômica necessita não apenas de energia para manter o processo de industrialização mas também de energia a preços razoáveis, para que se evitem crises econômicas como ocorreu na década de 1970 em virtude dos choques do petróleo.

Ainda que menos intensamente, também a segurança energética enquadra-se no escopo societal. Pode-se pensar em uma sociedade cuja posse e controle de recursos energéticos seja fundamental para sua identidade e para a definição da posição que ocupa no mundo. Em caso de ameaça a essa prerrogativa – certamente um assunto de segurança energética – a segurança societal estará em risco, pois sua própria identidade poderá estar comprometida. Como exemplos, podemos pensar nas petromonarquias³⁰, nos Estados da bacia do Mar Cáspio e mesmo na Rússia. Também pelo lado da demanda, essa relação fica evidente. Se pensarmos na UE, por exemplo, sua dependência em relação a recursos energéticos está igualmente relacionada a uma ameaça à identidade daquela comunidade como sinônimo de industrialização avançada, desenvolvimento e qualidade de vida.

Por fim, a segurança energética também diz respeito ao setor político, pois sua manutenção é fundamental para a estabilidade e soberania dos Estados. Além disso, os maiores fornecedores internacionais são também as principais fontes de conflito e instabilidade política, o que preocupa os países importadores, que procuram manter a estabilidade política nessas áreas a fim de garantir a segurança energética internacional.

Assim, observa-se que a segurança energética perpassa todos os setores apontados pela Escola de Copenhague, influenciando-os e sendo por eles influenciada. Não é possível, portanto, enquadrá-la em uma ou outra esfera, pois ela é fundamental sob qualquer uma dessas perspectivas. Não obstante, conforme se evidenciou ao longo deste capítulo, a segurança energética também possui uma agenda própria, com problemas cada vez mais presentes no discurso político, o que talvez a qualifique até mesmo como um sexto setor³¹.

2.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

Neste capítulo, procurou-se fazer uma análise teórica da segurança energética, a partir da evolução da própria agenda de segurança internacional, com sua ampliação e conseqüente inclusão de novos temas a partir do processo de

³⁰ Monarquias árabes da região do Golfo Pérsico, cuja economia está fortemente condicionada à exportação de petróleo. Arábia Saudita, Qatar, Omã, Kuwait, Emirados Árabes Unidos e Bahrein são exemplos de petromonarquias.

³¹ Discussões acerca da questão energética como sexto setor a ser considerado nas análises de segurança podem ser vistas em Palonkorppi (s.d).

securitização. Com os Choques do Petróleo, na década de 1970, percebeu-se que a sobrevivência não era função exclusiva da capacidade militar, mas que sem recursos energéticos – fundamentais inclusive para abastecer a indústria de defesa – a insegurança predominaria. Assim, o tema deixa a esfera política e passa à da segurança, com uma agenda própria que vem crescendo e tornando-se cada vez mais complexa.

Neste contexto, ganha destaque a posição da Rússia, detentora de grandes reservas de hidrocarbonetos, capacidade militar e nuclear, posição política relevante – pois possui assento permanente do CSNU – e localização geográfica estratégica. Dessa forma, o país vem sendo percebido pela comunidade internacional como um ator de grande importância, levando muitos a argumentarem até mesmo o surgimento de uma superpotência energética. Essa condição é particularmente expressiva quando se observa sua relação com a UE, extremamente dependente do país energeticamente.

Para embasar a análise teoricamente, foram seguidas duas frentes. Primeiramente, utilizou-se a Escola de Copenhague, cuja abordagem ajuda a compreender o momento em que a temática energética entrou para a agenda de segurança, como parte do processo de ampliação desta. Em segundo lugar, empregou-se a Teoria da Interdependência, a qual fornece as ferramentas necessárias à análise da interação específica entre Moscou e o bloco europeu, a qual constitui-se como uma relação de interdependência assimétrica, favorável ao Kremlin.

Em seguida, buscou-se conceituar a segurança energética a partir de diferentes dimensões e atores. É possível afirmar que esta área possui um escopo próprio, mas que perpassa todos os setores de segurança, tendo consequências sobre eles e sendo por eles influenciada. A segurança energética é um tema relativamente novo, tanto do ponto de vista da academia quanto da agenda de relações internacionais. Assim, embora se constitua como uma preocupação cada vez mais presente no discurso político, seu estudo acadêmico ainda é limitado teoricamente. Este fato se apresenta como um desafio inicial, mas também como uma oportunidade de pesquisa. Assim, uma exploração futura poderia apontar com maior propriedade o lugar ocupado pela segurança energética, talvez até mesmo como um sexto setor de segurança.

3 A RÚSSIA COMO UMA (SUPER)POTÊNCIA ENERGÉTICA

“Russia enjoys vast energy and mineral resources which serve as a basis to develop its economy as an instrument to implement domestic and foreign policy. The role of the country on international energy markets determines, in many ways, its geopolitical influence”

(Vladimir Vladimirovich Putin³²)

No contexto energético mundial, chama a atenção a posição da Rússia, percebida cada vez mais como uma superpotência energética³³. Essa percepção advém primeiramente de suas vastas reservas que possibilitam a alta capacidade produtiva atual do país, bem como as projeções otimistas a médio e longo prazo. A Rússia possui a nona maior reserva de petróleo do mundo (EIA, 2013a) e é responsável por 12,5% da produção mundial de petróleo bruto, atrás apenas da Arábia Saudita, maior produtor³⁴. Além disso, o país também ocupa a segunda posição no ranking dos exportadores desse recurso. Em relação ao gás natural, por sua vez, as estatísticas (AIE, 2013) são ainda mais significativas, sendo o país responsável por 19,1% da produção mundial, atrás apenas dos Estados Unidos, e constituindo-se como o maior exportador, além de deter a maior reserva mundial desse recurso. Esses dados mostram-se significativos, uma vez que o petróleo representa 40,8% do consumo mundial de energia e o gás natural, 15,5% desse total (AIE, 2013). Juntos, esses dois recursos representam, portanto, mais de 50% do consumo energético mundial. Dessa forma, o lugar ocupado pela Rússia nesse contexto é central, mas essa condição não é apenas pontual. As previsões (BP, 2014) apontam para a manutenção da posição russa no contexto energético, sustentando-se como a maior exportadora de energia do mundo até 2035. Essa

³² Disponível em:

<http://www.jamestown.org/programs/edm/single/?tx_ttnews%5Btt_news%5D=35006&tx_ttnews%5BbackPid%5D=27&cHash=1b344dfc35#.VEbQgr7hybQ>.

³³ O termo será problematizado no item 3.2 deste capítulo.

³⁴ A Arábia Saudita responde por 13,1% da produção mundial de petróleo (IEA, 2013).

conjuntura é o ponto de partida para explicar, pois, a crescente percepção pela comunidade internacional do país como uma superpotência energética.

Há que se compreender, no entanto, que a ideia de superpotência não advém apenas dos recursos energéticos que o país possui. Afinal, se isso fosse suficiente, poderíamos nos questionar por que países ricos em petróleo, como Arábia Saudita, Nigéria ou Venezuela, não contam com o mesmo *status*. Nesses casos, o oposto é a regra, pois estes países geralmente sofrem com a “maldição dos recursos”³⁵. No caso da Rússia, o que a torna exceção é a combinação de sua capacidade energética com seu poderio militar e com a posição geoestratégica que ocupa. Soma-se a esses fatores o assento permanente que o país possui no CSNU e sua capacidade nuclear, o que a torna importante no cálculo de outras potências, especialmente dos Estados Unidos.

Dividida entre a Europa e a Ásia³⁶, a Rússia, além de abastecer a União Europeia, e além de possuir influência na bacia do Mar Cáspio – detentora de uma significativa reserva de petróleo e gás natural –; tem atendido também às crescentes demandas chinesas, o que se formalizou no acordo entre os dois países em maio de 2014³⁷. O estabelecimento dessa parceria sinaliza um maior interesse russo na Ásia e pode representar um aumento no poder de barganha deste país em relação à Europa, extremamente dependente do Kremlin energeticamente. Bloco de grande relevância econômica, política e histórico-cultural, a União Europeia importa a maior parte de seus recursos energéticos, fundamentais para o abastecimento de suas indústrias. Destas importações, a maior parcela provém da Rússia, especialmente no que se refere a petróleo e gás natural, principais fontes utilizadas pela UE. Essa dinâmica condiciona uma relação cada vez mais assimétrica entre estes dois atores, o que contribui para a percepção da Rússia como superpotência energética.

Não obstante, essa descrição de um Estado próspero, estável e influente internacionalmente é contrastante com o país surgido com o fim da União das

³⁵ Também conhecida como “paradox of plenty”, a maldição dos recursos refere-se à condição em que normalmente se encontram países ricos em recursos em comparação aos países importadores. O paradoxo se verifica nas condições econômicas desses dois grupos de Estados, pois geralmente os ricos em recursos são os economicamente frágeis.

³⁶ A definição dessa região será feita no item 3.1 deste capítulo.

³⁷ O acordo pressupõe o fornecimento de gás russo proveniente da Sibéria para o noroeste chinês por trinta anos a partir de 2018 e foi assinado entre a Gazprom e a Corporação Nacional de Petróleo da China. Estima-se que o valor total do acordo seja em torno de 400 bilhões de dólares e que cerca de 38 bilhões de metros cúbicos de gás sejam enviados anualmente à China (LUFT, 2014). Ver notícia:

<http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2014/05/140521_china_russia_analise_jm_cc.shtml>.

Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na década de 1990. Naquela época, a adoção das políticas neoliberais, em âmbito econômico, e a tentativa de implantação dos valores ocidentais, na esfera política, resultaram em um país frágil, dominado por grupos regionais corruptos, e com alto índice de insatisfação popular. Acima de tudo, com as privatizações indiscriminadas, o governo central perdera o controle sobre setores estratégicos ao crescimento do país, principalmente o energético.

Este capítulo tem por objetivo analisar primeiramente como a Rússia transitou da situação calamitosa em que se encontrava nos anos 1990 para a posição que ocupa hoje, administrando seus problemas internos e ressurgindo no sistema internacional como uma grande potência. Argumenta-se que a retomada do controle dos recursos energéticos do país pelo Estado foi fundamental neste processo de reerguimento. Posteriormente, procura-se analisar a crescente percepção da Rússia como uma superpotência energética, ou seja, como um país capaz de utilizar seus recursos energéticos como arma política para influenciar as relações internacionais em nível global.

3.1 O RESSURGIMENTO RUSSO

Atualmente, a Rússia é vista como um país economicamente estável, rico em recursos energéticos, politicamente ativo internacionalmente e com uma capacidade militar e nuclear significativa. Seu governo consegue manter a unidade sobre o maior Estado em extensão territorial do mundo, mesmo com uma variedade étnica e cultural expressiva. Em 2001, apenas uma década após o fim da União Soviética, o país foi incluído no acrônimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), referente ao grupo de países em desenvolvimento que iria mover a economia global dali em diante. Mesmo com os efeitos da crise econômica mundial em 2008, o país conseguiu manter sua estabilidade e continuou a ser visto como uma opção promissora para investimentos, ainda que tenha sido o Estado mais afetado dos BRIC devido à sua dependência das exportações de petróleo e gás natural. Esse cenário de estabilidade e prosperidade, no entanto, é de difícil compreensão quando se analisa o sucateamento e a periferização da Rússia durante os anos 1990, com o fim da URSS.

Os primeiros anos da Federação Russa foram marcados por um desequilíbrio econômico, político e social. Essa situação se deveu em grande parte à política econômica perseguida por Yeltsin de ajuste sem exceções ao modelo neoliberal, que, ao contrário do que se supunha, não atraiu grandes investimentos externos. Assim, a economia foi completamente entregue aos mecanismos do livre mercado e as empresas, privatizadas. Entretanto, décadas de planejamento e controle econômico por um Estado onipotente não poderiam transitar instantaneamente para um modelo de economia de mercado regido por princípios neoliberais, com a presença mínima do Estado. Como consequência, a década foi marcada pelo crescimento negativo da economia e iniciou-se um processo de desindustrialização e aumento vertiginoso nos preços, o que afetou a poupança do povo russo, gerando grande insatisfação e resultando em um “colossal choque psicológico” (OKUNEVA, 2010, p. 29).

Mas não foi apenas em termos econômicos que o governo russo decidiu adotar os moldes ocidentais. Na política, Yeltsin também voltou-se a este modelo, aderindo a ele praticamente sem restrições e tentando a todo custo assimilar o modo de vida ocidental, quase como uma necessidade de negar a herança soviética para se reafirmar como Federação Russa, embora ainda fosse vago o que isso significava. Essa época também foi caracterizada pela ausência de estratégia, pois a política foi subordinada a questões econômicas, como inflação e investimentos, o que contribuiu para a formação de grupos mafiosos com grande poder na política do país:

O abandono da estratégia, dos fundamentos do poder político que os novos governantes russos fizeram [...] contribuiu para o descrédito do Estado e a elevação de grupos que agregam poder, máfias que adquiriram ativos empresariais das antigas estatais privatizadas a toque de caixa, que passaram a ser os novos senhores (HAGE, 2010, p. 205).

Essa situação de liberalização indiscriminada teve efeitos em vários setores importantes para a Rússia, principalmente no energético. Com isso, o Estado perdeu o controle sobre recursos basilares não só da economia, mas da própria estratégia russa, o que, por sua vez, fazia parte dessa subordinação da estratégia política às questões econômicas durante este período.

Ao longo da história, o mundo presenciou o declínio de muitos poderes, como parte de uma conhecida dinâmica de ascensão e queda das grandes potências. No

entanto, Hage (2010) chama a atenção para o fato de que em nenhum caso precedente o padrão de vida, o progresso material e o amor próprio das forças armadas decaíram tanto quanto na Rússia. O processo de decadência econômica, política e social atingiu seu ápice na crise econômica de 1998. A falha em adaptar-se à economia de mercado, a corrupção, a insatisfação popular e a falta de identidade do país como nação contribuíram para que, ao final dos anos 1990, os russos percebessem que era preciso implantar um modelo de modernização econômica coerente com a realidade do país e concomitante com uma política social capaz de resolver os problemas da população. Assim,

no limiar dos séculos, verificou-se de novo a alternativa da escolha histórica perante a qual estava a Rússia: seguir o modelo que ia tornar o país fornecedor de matérias-primas aos “países do centro” ou, então, concentrar todos os recursos materiais e espirituais para a resolução dos problemas comuns, adaptar os mecanismos e princípios da economia de mercado aos próprios valores e prioridades da sociedade russa, sanar a atmosfera social combatendo a corrupção e a delinquência, colocar o enorme potencial intelectual e espiritual existente ao serviço do interesse público (OKUNEVA, 2010, p. 35).

Neste contexto, como alternativa à década que se encerrava, Putin, ex-agente da KGB, assume a presidência, eleito com 53% dos votos, nas eleições realizadas em 2000. No ano anterior, o candidato havia assumido o cargo de Primeiro Ministro de Boris Yeltsin e quando este renunciou, Putin assumiu em seu lugar o comando do país. Desde aquele período, Putin já representava uma alternativa a tudo que vinha sendo feito até então, pois ele priorizava o interesse nacional e o papel fortalecido do Estado na gestão do país, em oposição à adesão sistemática ao liberalismo, que marcara a década Yeltsin. Dessa forma, a escolha dos russos nas urnas demonstra a opção da população pela forma alternativa de inserção internacional do país, pautada pela adaptação dos princípios da economia de mercado à realidade russa e não o contrário, como havia sido feito até então.

Logo de início, foi adotado o documento oficial intitulado Concepção de Política Externa da Federação Russa, com as diretrizes que seriam seguidas pela diplomacia do país dali em diante. A prioridade da política externa nessa formulação é a proteção dos interesses de sua população e sociedade, finalidade que deveria ser perseguida através dos seguintes objetivos:

*Garantir segurança confiável do país, preservar e fortalecer a sua integridade soberana e territorial, alcançar posições firmes e prestigiosas na comunidade mundial, totalmente consistentes com os interesses da Federação Russa como uma **grande potência**, como um dos mais influentes centros do mundo moderno, e que são necessárias para o crescimento do seu potencial político, econômico, intelectual e espiritual;*

Influenciar os processos mundiais gerais com o objetivo de formar uma ordem mundial estável, justa e democrática, construída sobre normas comumente reconhecidas do direito internacional, incluindo, em primeiro lugar, os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, sobre as relações equitativas e de parceria entre os Estados;

Criar condições externas favoráveis para o desenvolvimento estável da Rússia, para melhorar sua economia, melhorando as condições de vida da população, implementando transformações democráticas, fortalecendo a base do sistema constitucional e observando direitos e liberdades individuais;

Formar um cinturão de boa vizinhança ao longo do perímetro das fronteiras da Rússia, para promover a eliminação e a prevenção de tensões e conflitos em regiões adjacentes à Federação Russa;

Buscar concórdia e interesses coincidentes com países estrangeiros e associações interestatais no processo de resolução das tarefas que são determinadas pelas prioridades nacionais da Rússia, e sobre esta base, construir um sistema de parceria e relações aliadas que melhorem as condições e parâmetros da cooperação internacional;

Defender de todas as maneiras os direitos e interesses dos cidadãos russos e compatriotas no exterior; e

Promover uma percepção positiva da Federação Russa no mundo, popularizar a língua russa e a cultura dos povos da Rússia em países estrangeiros (FEDERAÇÃO RUSSA, 2000, grifo nosso, tradução nossa^{38,39}).

A partir destes objetivos, fica evidente o desejo russo de realocar-se na geopolítica mundial, ocupando o lugar de grande potência que percebe como seu. Esse desejo havia sido perdido na década precedente em face dos problemas internos mais urgentes decorrentes da desintegração. No entanto, a posição

³⁸ No original: "To ensure reliable security of the country, to preserve and strengthen its sovereignty and territorial integrity, to achieve firm and prestigious positions in the world community, most fully consistent with the interests of the Russian Federation as a great power, as one of the most influential centers of the modern world, and which are necessary for the growth of its political, economic, intellectual and spiritual potential; To influence general world processes with the aim of forming a stable, just and democratic world order, built on generally recognized norms of international law, including, first of all, the goals and principles in the U.N. Charter, on equitable and partnership relations among states; To create favorable external conditions for steady development of Russia, for improving its economy, enhancing the standards of living of the population, successfully carrying out democratic transformations, strengthening the basis of the constitutional system and observing individual rights and freedoms; To form a good-neighbor belt along the perimeter of Russia's borders, to promote elimination of the existing and prevent the emergence of potential hotbeds of tension and conflicts in regions adjacent to the Russian Federation; To seek concord and coinciding interests with foreign countries and interstate associations in the process of resolving the tasks that are determined by the national priorities of Russia, and on this basis, to build a system of partnership and allied relations that improve the conditions and parameters of international cooperation; To uphold in every possible way the rights and interests of Russian citizens and fellow countrymen abroad; and To promote a positive perception of the Russian Federation in the world, to popularize the Russian language and culture of the peoples of Russia in foreign states".

³⁹ A última versão do documento foi elaborada em 2013 e pode ser acessada através do link: <http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D>.

almejada agora não é mais de desafio à ordem estabelecida pela potência hegemônica, como ocorrera na época da URSS, nem de completa entrega, como se deu durante os anos da transição. Ao afirmar que o país objetiva contribuir para a formação de uma ordem internacional justa e democrática, abarcando os princípios da Organização das Nações Unidas (ONU), o documento deixa transparecer a nova forma de inserção russa no mundo. Essa estratégia será perseguida, portanto, não pela oposição sistemática à ordem estabelecida, mas pela defesa dos interesses russos dentro deste sistema.

Putin é um ocidentalista moderado porque parte de posições básicas ocidentalistas, mas também é um político pragmático e um gosudarstvennik (defensor de um Estado forte). Essas duas características extras fazem com que ele defenda os interesses nacionais russos de uma maneira pragmática. Não é que ele seja antiocidental a priori [...], mas se países do Ocidente procurarem subjugar [...] os interesses do Estado russo, Putin, agora senhor de um país economicamente mais fortalecido que a enfraquecida Rússia yeltsiana nos anos 90, se oporá firmemente (SEGRILLO, 2010, p. 65).

Na política doméstica, Putin iniciou um processo de centralização, o que foi por muitos criticado como um retrocesso democrático. Mas o fato é que essa medida teve como implicação prática o fortalecimento do governo Estatal e a preservação da integridade territorial, e possibilitou a realização de reformas políticas capazes de diminuir a corrupção generalizada que havia se instalado no país com a liberalização dos anos 1990. Com isso, foi retomada a autoridade do Estado sobre grupos privados, pois Putin os via como um contrapoder que enfraquecia a capacidade de gestão do governo central (CARMO, 2010). Esse controle dos oligarcas, por sua vez, teve impacto direto na reorganização de setores estratégicos para o país, como o de infraestrutura e, principalmente, o de energia, o qual volta às mãos do Estado e passa a exercer sustentação basilar no processo do ressurgimento russo.

A Rússia tem como objetivo principal renovar seu poder nacional após anos de ensaios mal-sucedidos [sic] do liberalismo inocente de Yeltsin. Essa renovação é concernente, por exemplo, à urgente tarefa de reaparelhar as forças armadas e amparar o espectro diplomático. Para que isso ocorra, Moscou tem de buscar sua concretização naquilo que é mais evidente: a valorização dos hidrocarbonetos e sua produção em alta escala para exportação (HAGE, 2010, p. 206).

A priorização desse setor na estratégia russa, aliada à elevação do preço internacional do petróleo e do gás natural, contribuiu fortemente para o aquecimento

e a recuperação da economia russa. Essa conjuntura demonstra um fenômeno oposto ao que ocorrera nos anos 1990, quando a estratégia política permaneceu subordinada às dinâmicas econômicas. Agora, é a política que eleva-se sobre a economia⁴⁰, ou seja, ocorre um processo de “ascendência do poder político, do Estado, sobre transações econômico-financeiras. Abarcando insumos considerados estratégicos o Estado chama para si a coordenação da energia, como petróleo, gás natural e seus dutos de escoamento” (HAGE, 2010, p. 206). Tal sobreposição da política sobre o mero interesse econômico pode ser exemplificada pela postura de Moscou diante da reivindicação dos países da Ásia Central em relação ao preço do gás natural:

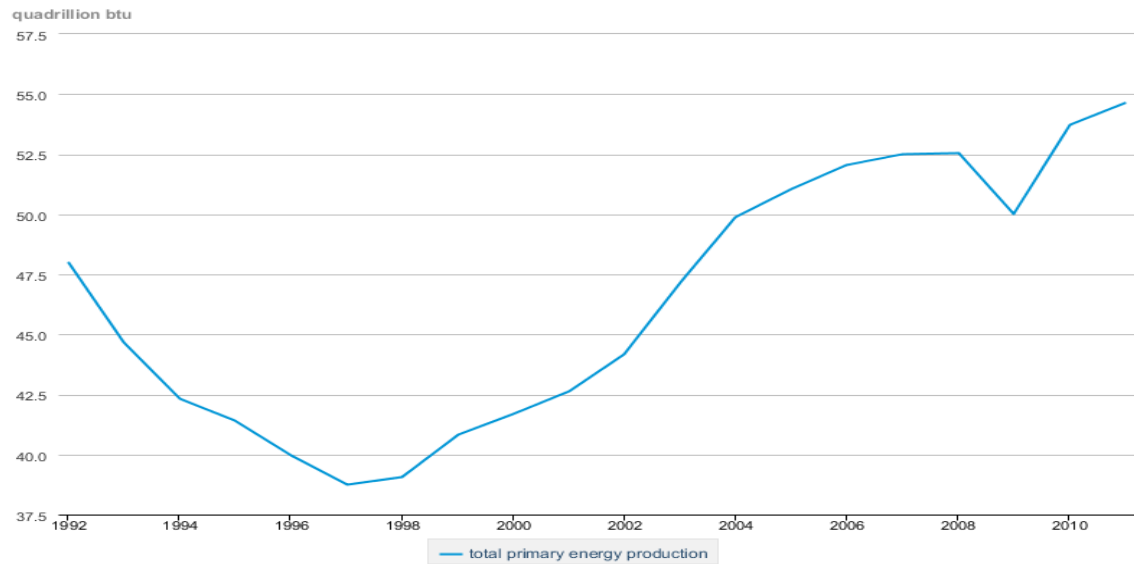
Em 2009, os países da Ásia Central passaram a exigir da Gazprom o pagamento de preços no patamar europeu para a venda do gás natural. A estatal russa bancou os valores pedidos, pois, segundo seu entendimento, a perda do lucro na exportação do produto para a Europa é compensada pela manutenção de sua posição hegemônica na comercialização de tais recursos. Esta atitude demonstra que os cálculos políticos do governo russo, muitas vezes, sobrepujam o interesse econômico puro (ADAM, 2010, p. 155).

Dessa forma, no âmbito econômico, impulsionada principalmente pelo setor energético, a Rússia consegue gradualmente diminuir seu endividamento externo e perseguir uma agenda econômica própria, mas isso não significa o abandono da economia de mercado. Pelo contrário, esta continua sendo a opção, mas com o reconhecimento de que o Estado tem um papel importante a exercer (CARMO, 2010). Os avanços na economia têm, por sua vez, consequências positivas na distribuição de renda, melhorando as condições de vida da população em geral, o que contribui para a alta popularidade de Putin. O gráfico da Figura 4 demonstra a evolução da produção de energia na Rússia e o da Figura 5 ilustra a evolução do PIB do país. Comparando-se os dados, observa-se a coincidência destes dois processos, o que corrobora a tese de que o aumento na produção energética – a partir da retomada do controle estatal sobre este setor – é acompanhado pela melhoria econômica, também a partir da ascensão de Putin ao poder.

⁴⁰ Hage (2010) esclarece que este não é um fenômeno exclusivo da Rússia. A elevação da política sobre a economia tem sido observada também na Venezuela, na Bolívia e em certa medida nos EUA.

Figura 4 – Evolução da produção total de energia da Rússia

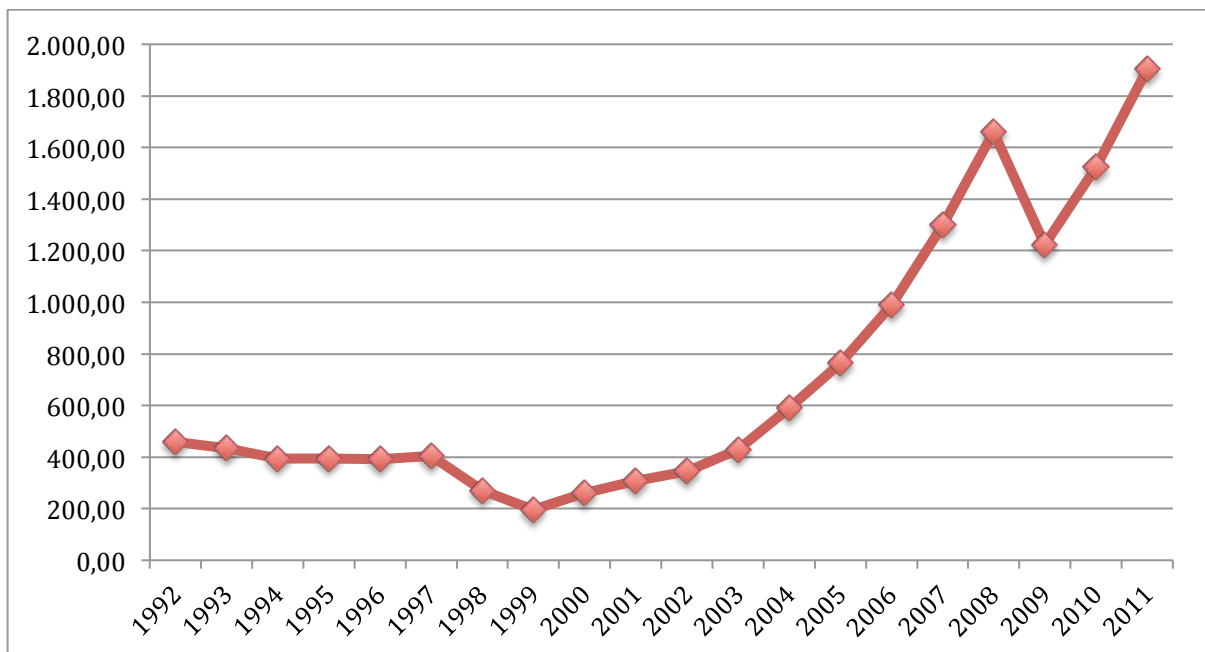
Russia total primary energy production (1992-2011)



eia Source: U.S. Energy Information Administration

Fonte: EIA, 2013a

Figura 5 – Evolução do PIB russo (em bilhões de dólares)



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Banco Mundial⁴¹

⁴¹ Dados disponíveis em:

<<http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.MKTP.CD/countries/RU?display=default>>.

Dessa forma, também na política externa a ênfase dada à economia foi essencial para o sucesso na recuperação do país, principalmente em relação aos recursos energéticos, único produto russo da época capaz de competir no mercado internacional. Mas este esforço não possui apenas escopo econômico, ele faz parte do processo de *economização* da política externa russa, ou seja, da utilização dos meios econômicos como forma de exercer influência internacional⁴². Para Adam (2010), este foi o principal componente da estratégia russa de reconquista de sua condição de grande potência. Assim, os recursos energéticos não contribuem apenas para a recuperação econômica, mas possuem também importância estratégica, uma vez que fazem parte do projeto de inserção internacional do país:

Não há dúvida de que para todos os países os recursos energéticos são fundamentais, porém, no caso russo, tal essencialidade recebe tintas ainda mais fortes, tendo em vista a estratégia da política externa traçada pelo governo Putin e seguida por Medvedev (ADAM, 2010, p. 149).

Esse planejamento, por sua vez, passa primeiramente pela Ásia Central, composta por Cazaquistão, Quirquistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Uzbequistão (além da própria Rússia), onde se encontra o espaço pós-soviético. Nessa região, marcada pela presença de recursos da bacia do Mar Cáspio, os interesses da Rússia não se limitam à necessidade de recuperação de seu prestígio político. É fundamental para o país garantir o controle sobre aqueles recursos, pois os países da região são Estados isolados, como ilustrado no Mapa 2, e por isso necessitam escoar sua produção através dos vizinhos. O interesse russo em relação aos dutos estende-se também a Estados do leste Europeu, como Ucrânia e Bielorrússia, visto que juntos eles transportam cerca de 80% do fluxo energético que Moscou exporta para a Europa – incluindo os recursos da Ásia Central – através de dutos russos que passam por seu território (ADAM, 2010).

⁴² Aqui novamente se observa que a Rússia não procura se inserir pela oposição, mas sim pela adaptação. Essa *economização* da política externa do país está inserida num processo mais amplo do aumento do peso da economia nas relações internacionais em nível mundial, cenário advindo com o fim da Guerra Fria e o predomínio hegemônico dos EUA.

Mapa 2 – Cáucaso e Ásia Central



Fonte: University of Texas at Austin – PLC Map Collection, 2003.

Assim, sob administração de Putin, a Rússia ressurgiu, como uma potência pretenciosa em ocupar o lugar que percebe como seu no mundo. Se o país não tem mais condições, ou vontade, de se constituir como uma superpotência desafiadora da hegemonia norte-americana, vê a si mesmo como uma grande potência, atuante em um mundo multipolar do qual é um dos centros de influência. Afinal,

a reconstrução do império russo, mediante reanexação dos países do espaço pós-soviético, não é almejada. Mas isto não significa o abandono da noção de que uma grande potência deve possuir uma zona de influência na qual devem prevalecer seus interesses (ADAM, 2010, p. 140).

Dessa forma, com o advento da gestão Putin, após uma década de desajustes durante o período de transição de URSS para Federação Russa, o país parece parar para refletir seu papel no mundo e retomar o controle de seu próprio destino. Isso ocorre através da execução de uma estratégia que tem como base os

recursos energéticos, os quais servem não apenas para alcançar a estabilidade econômica, mas também como forma de inserção internacional do país.

3.2 A (SUPER)POTÊNCIA ENERGÉTICA

Não há dúvidas de que os hidrocarbonetos foram fundamentais para que a Rússia pudesse se reorganizar internamente e voltar a exercer influência internacional. Mas muitos analistas têm ido além desta constatação ao afirmar que sua riqueza em recursos caracteriza o país como uma superpotência energética. De início, há um problema conceitual em relação a esta designação, pois enquanto o conceito de superpotência é claramente definido pela literatura, o mesmo não ocorre com a denominação específica de potência *energética*.

Superpotência refere-se a Estados que possuem uma posição dominante no sistema internacional e que conseguem projetar poder em uma escala global. O termo foi cunhado em 1944, por William Fox, quando se acreditava que Estados Unidos, União Soviética e Reino Unido se encaixavam nessa classificação. Com o fim da Guerra Fria, prevaleceu a ideia de um mundo unipolar, em que somente os EUA teriam essa grande mobilidade de poder (GRIFFITHS; O'CALLAGHAN, 2002). Com o passar dos anos, tem se debatido a respeito de um mundo multipolar, em que outros países, como a Rússia, possuem potencial de superpotências. Apoiando-se nesta definição, superpotência *energética* pode ser considerada um Estado que utiliza seus recursos energéticos para manter uma posição de dominância no sistema internacional e para projetar seu poder globalmente. Parte central deste conceito, portanto, é a capacidade de transformar os recursos existentes em poder de fato.

Oliveira (2012) sintetiza em três abordagens os critérios para definir o poder de um Estado: a análise de suas capacidades; de seu comportamento ou ação; e de seus interesses ou objetivos. Seguindo-se a partir destes critérios, pode-se analisar se a Rússia possui ou não as condições para ser caracterizada como superpotência energética. Em relação ao primeiro fator, o país possui uma quantidade significativa de poder, pois possui grandes reservas de hidrocarbonetos, conforme exposto ao longo deste capítulo. Quanto ao segundo, também observa-se uma condição de poder considerável, bastando observar o comportamento de Moscou em 2006 e

2009 no contexto dos cortes no fornecimento energético à Europa⁴³. Por fim, no que concerne à terceira abordagem, a Rússia possui interesse em atuar mais intensamente no cenário internacional, como transparece sua Concepção de Política Externa, se não como *super*, ao menos como grande potência. O poder russo, portanto, é observado a partir dessas três perspectivas, as quais, por sua vez, estão interligadas entre si:

[...] as capacidades de uma grande potência são pré-requisito para que um Estado se comporte efetivamente enquanto potência, ou para que este venha a ter objetivos de grandes potências ou defenda interesses de grande potência. Isto porque um país sem tais capacidades, pode até tentar ludibriar outros Estados, atuando como grande potência ou anunciando objetivos de grande potência sem o ser, mas não poderá manter tal estratégia para sempre. Afinal, não basta que um país pretenda ser uma grande potência, se este não possui atualmente, nem exista a perspectiva de vir a possuir as capacidades de uma grande potência (OLIVEIRA, 2012, p. 36).

Por outro lado, o caminho inverso também é verdadeiro, ou seja, não basta ter recursos – capacidade – sem a ação e o interesse, isto é, a aspiração. Afinal, muitos países são energeticamente favorecidos sem que sejam percebidos como superpotências energéticas. É o caso da Arábia Saudita, da Nigéria e da Venezuela, por exemplo. Pelo contrário, o que geralmente se verifica nestes países é a chamada “maldição dos recursos”, ou seja, são países abundantes em recursos, mas frágeis economicamente devido à dependência de suas economias a este setor específico, o qual sofre com a volatilidade dos preços, e também devido à corrupção e à baixa institucionalidade que geralmente se encontram nestes Estados. Esses fatores, portanto, os deixam sem a prerrogativa da ação, mesmo sendo ricos em termos de capacidade energética. No caso da Rússia, há ainda outros elementos constituidores de seu poder além do âmbito energético e é justamente a combinação destas diferentes capacidades que a diferencia desses outros Estados.

Como herdeira da URSS, a Rússia possui vasta capacidade militar e continua investindo fortemente neste setor, pois “[...] para se manter como potência político-militar é essencial que o Estado tenha poder econômico capaz de viabilizar as armas, as tecnologias necessárias a sua condição de potência na política internacional” (CARMO, 2010, p. 88). Dessa forma,

⁴³ Essas duas crises serão detalhadas no terceiro capítulo.

[...] a luta contra a periferização é, no caso da Rússia, parte da luta para se manter como potência militar, para conservar este status, ter um desenvolvimento econômico e tecnológico que permita não aumentar a defasagem militar em relação aos EUA e mesmo em relação a outros [sic] potências que despontam no sistema internacional (CARMO, 2010, p. 88).

A priorização dada a estes investimentos contribuiu para que o país mantivesse sua integridade territorial e fizesse respeitar pelo Ocidente sua área de influência política. Foi o que ocorreu em 2008, quando as tensões envolvendo regiões separatistas da Geórgia escalaram para um conflito entre Rússia – em apoio a Ossétia do Sul e Abecásia – e EUA, em apoio à Geórgia. Um dos motivos que levou ao aumento das tensões foi a declaração da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), alguns meses antes, deferindo a entrada da Geórgia para a Organização até o final daquele ano, o que interfere nos interesses regionais da Rússia. Por isso, o conflito tem sido interpretado como “uma expressão do seu compromisso de longo prazo de manter a influência que Moscou havia assegurando no Cáucaso no começo dos anos 1990 e proteger os regimes não reconhecidos da região” (KING, 2008, on-line, tradução nossa⁴⁴), o que, por sua vez, depende de uma forte capacidade militar.

A localização geográfica russa, por sua vez, é também um elemento que favorece seu *status* no sistema internacional. O país se encontra incrustado entre Europa e Ásia, o que lhe confere uma posição logística bastante privilegiada, principalmente na questão energética. Assim, por um lado, abastece a União Europeia, extremamente dependente dos hidrocarbonetos russos. No entanto, o bloco representa cerca de 80% das exportações russas de recursos, dos quais a economia do país também depende fortemente. Portanto, muitos analistas utilizam essa relação de interdependência para questionar a ideia de superpotência energética. Não obstante, a localização geográfica russa lhe confere uma vantagem que tem sido cada vez mais explorada por Moscou: a Ásia. Assim, por outro lado, a Rússia tem demonstrado um dispêndio maior de atenção a seu leste, o que foi formalizado recentemente no acordo energético assinado com a China. De fato, não se pode negligenciar que um pacto entre os maiores exportador e importador de energia do mundo, respectivamente, confere maior poder de barganha a Moscou em

⁴⁴ No original: “[...] an expression of its longer-term commitment to maintaining the influence Moscow had secured throughout the Caucasus in the early 1990s and protecting the region's unrecognized regimes”.

relação ao Ocidente, representado, no caso, pela UE. Essa localização privilegiada pode ser observada no Mapa 3 a seguir.

Mapa 3 – Eurásia



Fonte: University of Texas at Austin – PLC Map Collection, 2006.

Além disso, um outro aspecto de sua localização geoestratégica é a liderança natural que exerce sobre a bacia do Mar Cáspio. Composta por Rússia, Irã, Azerbaijão, Turquemenistão e Cazaquistão, este mar fechado da Ásia Central possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo, atrás apenas do Golfo Pérsico, e cerca de um oitavo das reservas mundiais de gás natural (KLARE, 2002). Além disso, a região abriga diversos gasodutos, fundamentais para o transporte de hidrocarbonetos da Rússia para a Europa. Por isso, faz parte do interesse estratégico russo manter seu *status* como liderança natural nesse território, o que vem sendo consolidado através da venda de armamentos e de tecnologia militar

para os países da região (KLARE, 2006). O Mapa 4 demonstra a riqueza e a complexidade energética da bacia do Mar Cáspio.

Politicamente, a Rússia faz parte do seleto CSNU, o que lhe confere peso importante nas decisões que gerenciam o mundo. Este poder político foi recentemente demonstrado em relação à crise na Síria, cujo veto russo à intervenção impossibilitou o plano dos EUA e seus aliados⁴⁵.

Além destes fatores, a Rússia conta ainda com um arsenal nuclear que a coloca nas preocupações das outras potências, especialmente dos EUA. Essa capacidade também foi herdada da URSS, mas continua recebendo investimentos do governo russo. Assim,

mesmo com o enfraquecimento das forças armadas russas nos anos 90 em comparação com o nível da União Soviética dos anos 80, a Rússia conseguiu voltar a ser um ator de peso estratégico equivalente aos Estados Unidos no contexto da paridade nuclear (ZHEBIT, 2010, p. 130).

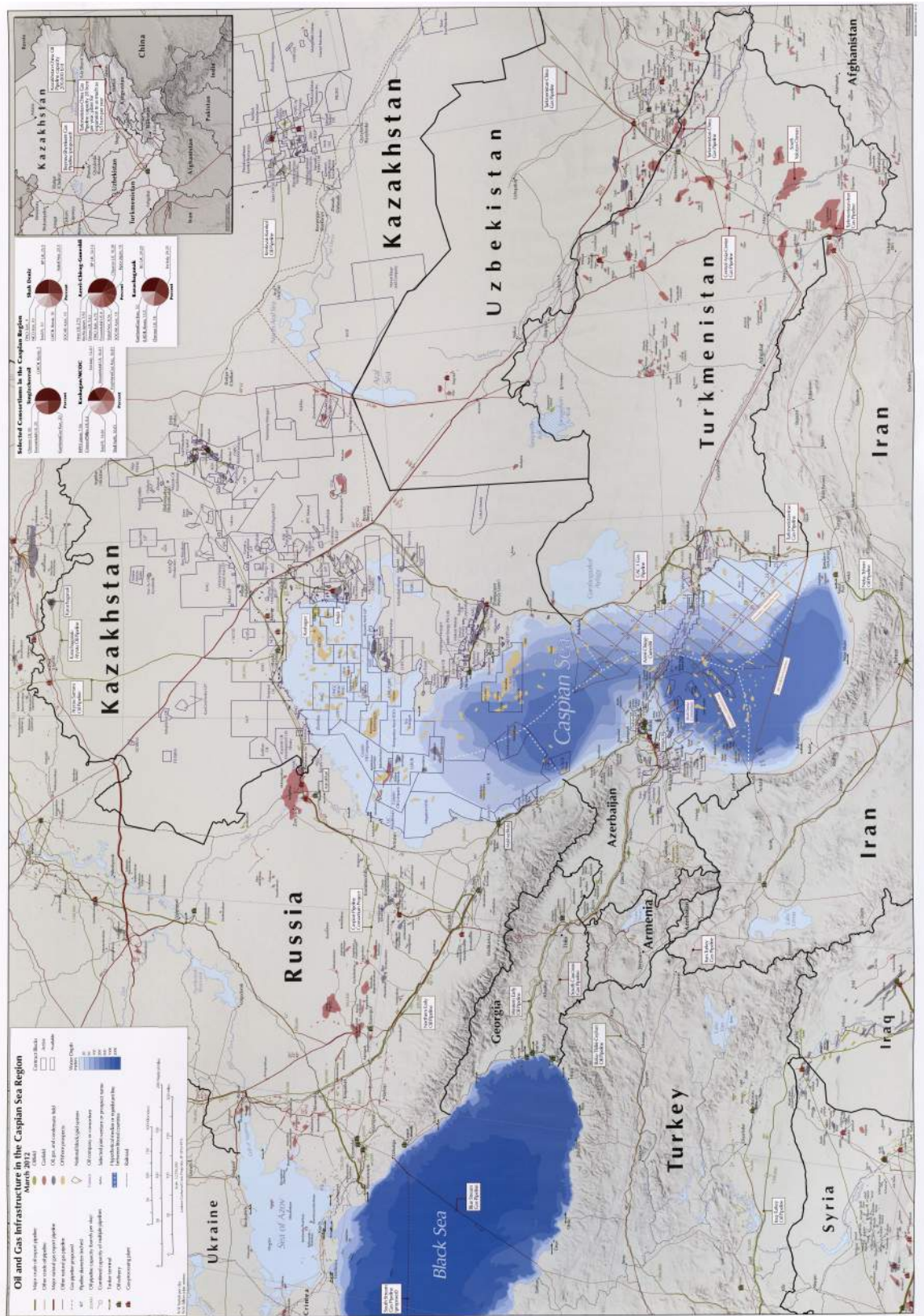
Dessa forma, compreende-se a afirmação do ministro da Defesa russo Sergei Shoigu em maio de 2014: “Nossa tríade nuclear está em alerta militar constante, realizamos constantemente a atualização com sistemas de mísseis modernos com capacidades mais avançadas” (TERRA, 2014, on-line). Mais recentemente, Putin discursou⁴⁶: “É melhor não mexer conosco”; “Acho que ninguém está pensando em desencadear um conflito de larga escala com a Rússia. Quero lembrá-los de que a Rússia é uma das principais potências nucleares” (REUTERS, 2014, on-line, tradução nossa⁴⁷). Essas declarações transparecem o peso da capacidade nuclear na estratégia do país e como esse arsenal contribui para que Moscou seja respeitado internacionalmente.

⁴⁵ Diante do uso de armas químicas pelo governo sírio, os EUA e seus aliados propuseram o uso de força militar para impedir a continuação dessa prática. A Rússia, aliada da Síria, propôs que esse arsenal fosse colocado sob controle internacional, o que, por sua vez, não foi aceito pelos norte-americanos.

⁴⁶ Esta afirmação foi feita por Putin no contexto da anexação da Criméia e das tensões que marcam o relacionamento do país com Europa e EUA em relação à Ucrânia.

⁴⁷ No original: “It’s best not to mess with us”; “[...] I think no one is thinking of unleashing a large-scale conflict with Russia. I want to remind you that Russia is one of the leading nuclear powers”.

Mapa 4 – Mar Cáspio

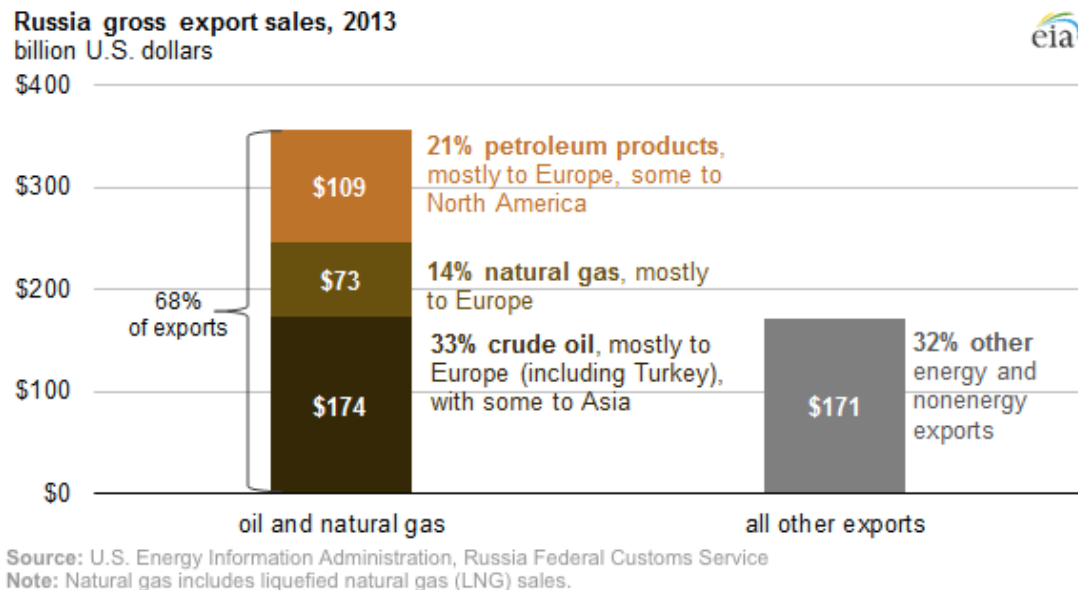


Fonte: University of Texas at Austin – PLC Map Collection, 2012.

Todos estes fatores diferenciam, portanto, a Rússia de outros países ricos em energia, pois não só o país possui essas vantagens como consegue combiná-las a fim de gerar poder de fato. Analisando-se desta forma, é possível afirmar que a Rússia tem condições de exercer sua influência globalmente e que sua capacidade energética é central para essa possibilidade. Logo, nessa perspectiva, o país se encaixa no conceito de superpotência energética. Por isso, a ameaça de que a Rússia possa utilizar seus recursos como arma política vem sendo cada vez mais percebida como uma possibilidade real, situação que se aplica de forma mais evidente em relação à UE, cujo principal fornecedor é a Rússia. Mas uma Europa energeticamente segura não é interesse apenas do próprio bloco, pois visto que os hidrocarbonetos são recursos finitos, a busca pela garantia de sua posse pode ser interpretada como um jogo de soma zero. Nesse sentido, os EUA, aliados do bloco e cuja busca pela autossuficiência energética têm sido central em seu planejamento estratégico, também possuem interesse na segurança energética europeia. Além disso, igualmente lhes interessa que a UE mantenha-se estável economicamente, o que não é possível com uma crise no fornecimento energético. Dessa forma, embora a Rússia seja expressivamente central regionalmente, a relação que o país mantém com a UE possui uma dimensão global relevante que envolve a principal potência do sistema, os EUA.

Não obstante, o conceito de superpotência energética encontra certa resistência na literatura. Dentre os motivos, em primeiro lugar está a forte dependência da economia russa em relação à exportação de recursos que, embora possuam dimensão estratégica, são commodities sujeitas às variações de demanda, a choques e à própria capacidade produtiva do país. Assim, se por um lado os recursos foram centrais no processo de ressurgimento russo, por outro, essa centralidade pode ser o tendão de Aquiles da Rússia. Novamente, essa fraqueza é mais evidente na sua relação com a UE, pois o bloco é o principal mercado para as exportações de hidrocarbonetos russos. A Figura 6 demonstra o peso dos hidrocarbonetos em sua economia, uma vez que petróleo e gás natural são responsáveis por 68% do total das exportações. Essa fragilidade foi demonstrada durante a crise mundial de 2008, na qual o país foi o mais afetado dos BRICs, justamente por essa dependência em relação ao setor energético. Ainda assim, a Rússia resistiu à crise e não deixou de ser vista como um país com potencial econômico.

Figura 6 – Exportações russas

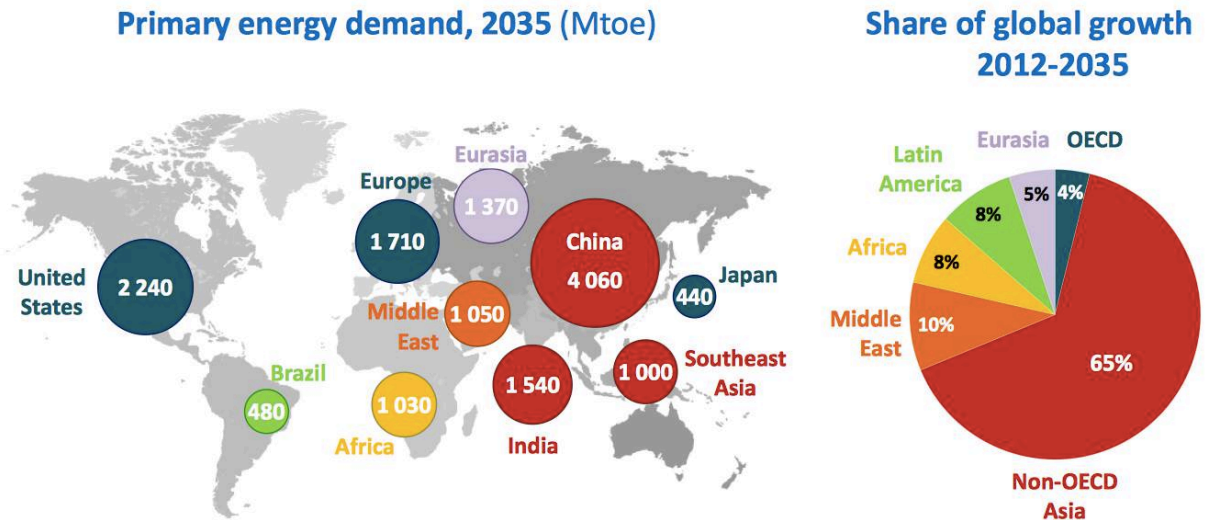


Fonte: EIA, 2014

No entanto, Moscou tem procurado superar essa dificuldade voltando-se para o mercado asiático, que responde por uma demanda em ascensão significativa, conforme ilustrado na Figura 7, a qual mostra que o maior crescimento na demanda energética é esperado na Ásia. Este direcionamento em relação a essa região se insere em uma estratégia regional de longo prazo (OKUNEVA, 2010), através da qual a Rússia pretende tornar menos concentrado o destino de suas exportações, a fim de reduzir sua dependência em relação ao mercado europeu. Nesse cenário, destaca-se sua cooperação com a China, a qual já vinha ocorrendo através da Organização da Cooperação de Xangai⁴⁸ e que foi materializada mais significativamente e em termos bilaterais com o acordo entre os dois países em maio de 2014.

⁴⁸ Criada em 2005 pela adesão do Uzbequistão ao grupo Xangai 5, composto por Rússia, China, Cazaquistão, Quirquistão e Tajiquistão que havia sido criado em 1996, sendo seus membros observadores Afeganistão, Índia, Irã, Mongólia e Paquistão. O principal objetivo da Organização é a segurança regional e algumas tentativas de cooperação energética multilaterais foram feitas, mas tanto a Rússia quanto a China têm priorizado acordos bilaterais (CFR, 2009).

Figura 7 – Projeção da demanda energética mundial em 2035



Fonte: AIE, 2013a

Nesse contexto, Rutland (2008, p. 203) afirma que

claramente, o petróleo e o gás são centrais para o retorno da Rússia à proeminência no cenário internacional. É amplamente aceito, tanto no Kremlin quanto no exterior, que esta riqueza energética permitirá à Rússia recuperar um pouco do status de 'superpotência' de que ela desfrutava enquanto União Soviética antes de 1991 (tradução nossa⁴⁹).

No entanto, em relação ao uso da arma energética, o mesmo autor afirma que esta é uma ferramenta “desajeitada e anacrônica”, pois reflete uma abordagem *hard power* às relações internacionais em uma época marcada pelo *soft power* e pela integração global. Por isso,

[...] os esforços da Rússia para utilizar a energia dessa maneira tiveram vinculação negativa. Ao invés de aumentar o prestígio e a autoridade da Rússia, têm alimentado a ansiedade e impulsionado os países a buscar alianças e tomar outras medidas para se proteger da pressão russa (RUTLAND, 2008, p. 208, tradução nossa⁵⁰).

Especialmente em relação à União Europeia, Carmo (2010, p. 105), seguindo esta mesma lógica, afirma que

⁴⁹ No original: “Clearly, oil and gas are key to Russia’s return to prominence on the international stage. It is widely assumed, both in the Kremlin and abroad, that this energy wealth will enable Russia to regain some of the ‘superpower’ status that it enjoyed in its Soviet incarnation prior to 1991”.

⁵⁰ No original: “[...] Russia’s efforts to use energy in this way have had negative linkage. Rather than boost Russia’s prestige and authority, it has stoked anxiety and driven countries to seek alliances and take other steps to protect themselves from Russian pressure”.

mesmo naquilo que a Rússia tem muito, petróleo e gás, seu poder é reduzido. Tem pouca influência individualmente no preço internacional do petróleo, e no caso do gás tem muita influência sobre o preço dele na Europa. Mas, na medida em que utilizou demais este artifício, estimulou a construção de gasodutos que abasteçam a Europa através de fontes alternativas, e mesmo através de gasodutos provenientes da Rússia, mas que não cruzem a Ucrânia. Ou seja, a médio prazo, a capacidade de a Rússia pressionar a União Europeia através do gás será reduzida.

No entanto, embora haja fatores capazes de minimizar o uso da arma energética, o fato é que enquanto EUA e China importam combustíveis fósseis, a Rússia é o “centro nervoso” da exploração e exportação destes recursos (HAGE, 2010, p. 209). Essa condição lhe confere *status* privilegiado, o qual, por sua vez, é mantido por outras vantagens, como sua capacidade militar e nuclear, sua influência política através do CSNU e sua localização geoestratégica. Portanto, se o país apenas possuísse os recursos que possui, não poderia contar com uma arma energética, da mesma forma como Arábia Saudita, por exemplo, não pode contar com este artifício. No entanto, é a combinação de suas capacidades que confere à Rússia a possibilidade de barganhar politicamente através de seus hidrocarbonetos.

3.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A Rússia de hoje é muito diferente do país que surgiu com o final da URSS, na década de 1990. Aquele período foi marcado por dificuldades econômicas, políticas e sociais, e pela perda do controle Estatal em setores estratégicos, principalmente no energético. A eleição de Putin, em 2000, marca um ponto de virada na história russa e o início de um período caracterizado pela recuperação econômica e pela centralização política, no plano doméstico, e pela reformulação do papel da Rússia no âmbito internacional.

Assim, este capítulo buscou, primeiramente, analisar como a Rússia superou as dificuldades da década de 1990 para chegar à situação privilegiada em que se encontra atualmente. O principal argumento apresentado para explicar este ressurgimento foi a retomada do controle dos recursos energéticos pelo Estado, o que possibilitou não apenas a recuperação econômica, mas também a projeção internacional do país. Em seguida, procurou-se analisar a possibilidade do uso da

arma energética pela Rússia através da ponderação acerca da sua condição de superpotência energética.

Com isso, conclui-se que esta capacidade apenas é válida quando analisada em conjunto com outras vantagens russas combinadas entre si. Dessa forma, é a vasta riqueza energética aliada à sua capacidade militar e nuclear, à sua posição política internacional, exercida através do CSNU, e à sua localização geoestratégica que confere à Rússia esse *status* privilegiado no sistema internacional.

4 A RELAÇÃO RÚSSIA – UNIÃO EUROPEIA

Where the European project is founded on the rule of law, Moscow believes that laws are mere expressions of power – and that when the balance of power changes, laws should be changed to reflect it. [...] While EU leaders believe that peace and stability are built through interdependence, Russia's leaders are working to create a situation where the EU needs Russia more than Russia needs the EU, particularly in the energy sector (LEONARD; POPESCU, 2007, p. 1).

O ressurgimento da Rússia como *player* central no tabuleiro internacional deveu-se em grande medida à sua capacidade energética, embora outros elementos alinhados a essa prerrogativa tenham lhe concedido inegável vantagem. Assim, a Rússia contemporânea, como uma fornecedora importante de hidrocarbonetos, representa um desconforto latente ao Ocidente, que a percebe como uma potencial fonte de ameaça à sua segurança energética. Por sua vez, essa insegurança é gerada principalmente pela possibilidade de utilização de seus recursos energéticos como arma política.

A esse respeito, a relação entre a Rússia e a União Europeia é paradigmática, pois, por um lado, o bloco é destino da maior parte das exportações russas de hidrocarbonetos e, por outro, a UE importa a maior parte do petróleo e do gás natural que consome da Rússia. Dessa forma, há entre esses dois atores uma relação de interdependência, ou seja, ambos dependem um do outro para garantir sua segurança energética; seja de demanda, caso da Rússia, seja de oferta, como da perspectiva europeia.

Não obstante, a relação entre Moscou e Bruxelas é assimétrica, pois a Rússia não fornece qualquer commodity, mas sim um produto estratégico para a manutenção e o avanço do desenvolvimento europeu. Além disso, possui outras capacidades, conforme exposto no segundo capítulo, que, aliadas à sua condição

energética, a tornam menos sensível e vulnerável aos custos da interdependência. Dessa forma, o Kremlin possui maior poder de barganha em relação ao bloco, pois pode valer-se da ameaça da arma energética a fim de obter concessões políticas.

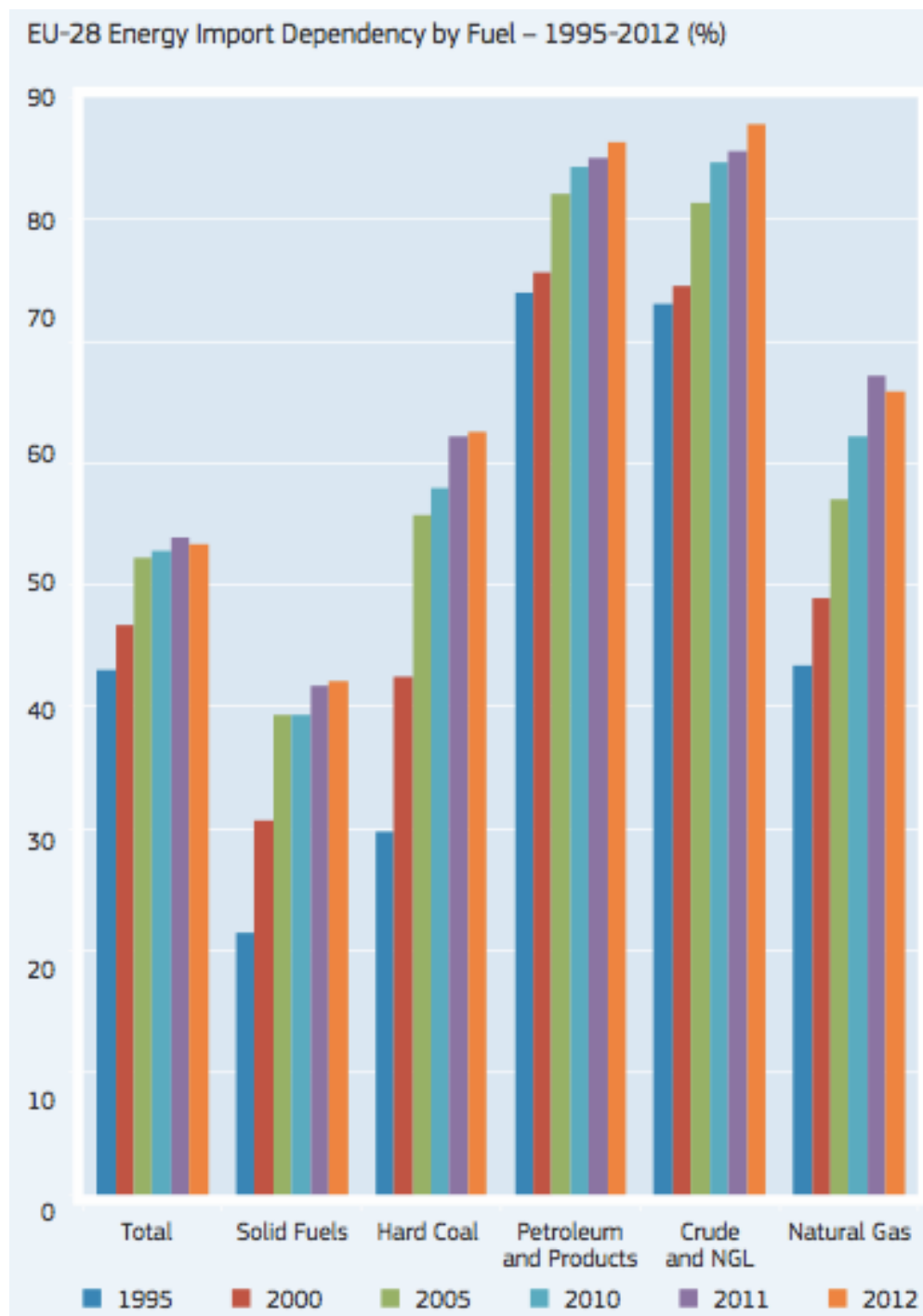
Este capítulo tem por objetivo examinar a relação de interdependência assimétrica estabelecida entre esses dois atores, a qual constitui-se como o exemplo mais claro do que se procurou analisar neste trabalho, ou seja, a possibilidade da Rússia utilizar seus recursos energéticos para fins políticos.

4.1 A DEPENDÊNCIA ENERGÉTICA DA EUROPA

Os hidrocarbonetos têm peso importante na composição da matriz energética europeia, uma vez que o petróleo responde por 34% do consumo total da UE e o gás natural, por 23%. Esses dados, no entanto, são paradoxais em relação à produção desses recursos dentro do bloco, pois apenas 11% da produção energética europeia é de petróleo e somente 16% é de gás (UE, 2014). Essa baixa produção se deve à escassez desses tipos de recurso na região e por isso a UE precisa preencher esse *gap* através de massivas importações, as quais vêm aumentando nos últimos anos, conforme ilustra a Figura 8 a seguir.

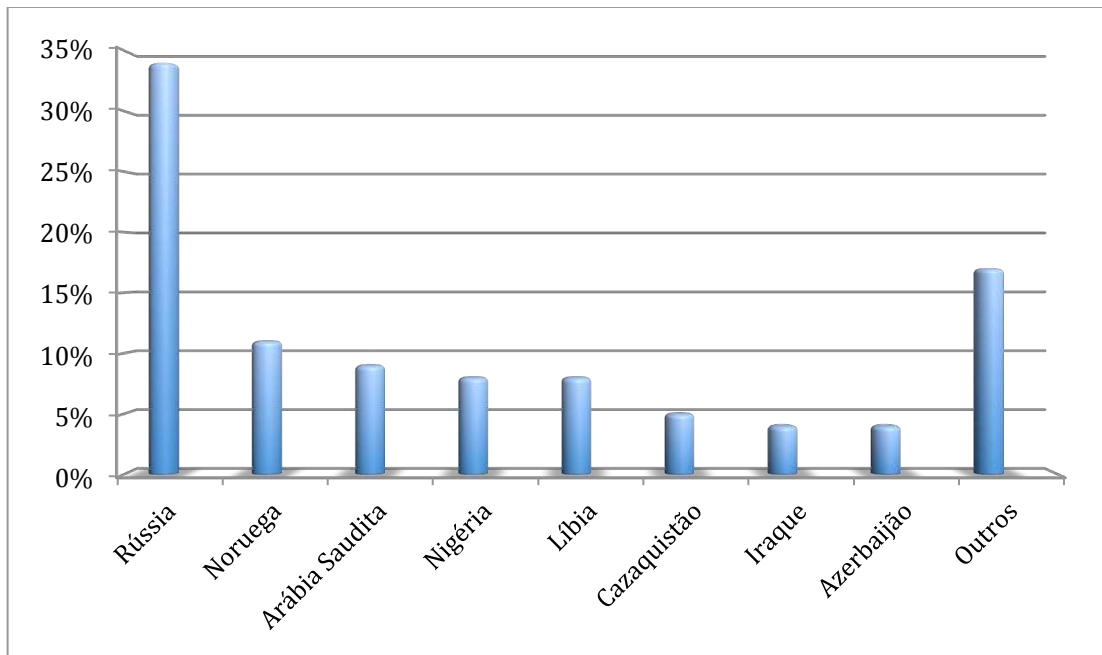
O que essas estatísticas demonstram é que o bloco precisa importar mais da metade do que necessita, o que o torna bastante dependente de fornecedores externos. Mas ao observar-se a procedência dessas importações de petróleo e de gás natural (Figuras 9 e 10, respectivamente) o quadro energético europeu se agrava ainda mais, pois o que se constata é a origem concentrada dessas importações, provenientes, em sua maioria, da Rússia, que responde por 34% do fornecimento externo de petróleo e 32% de gás natural. Soma-se a essa problemática o fato de que o Kremlin é percebido, do ponto de vista europeu, como uma possível fonte de insegurança, uma vez que Moscou já se mostrou disposta a utilizar seu fornecimento energético como um instrumento político.

Figura 8 – Dependência europeia em relação às importações energéticas



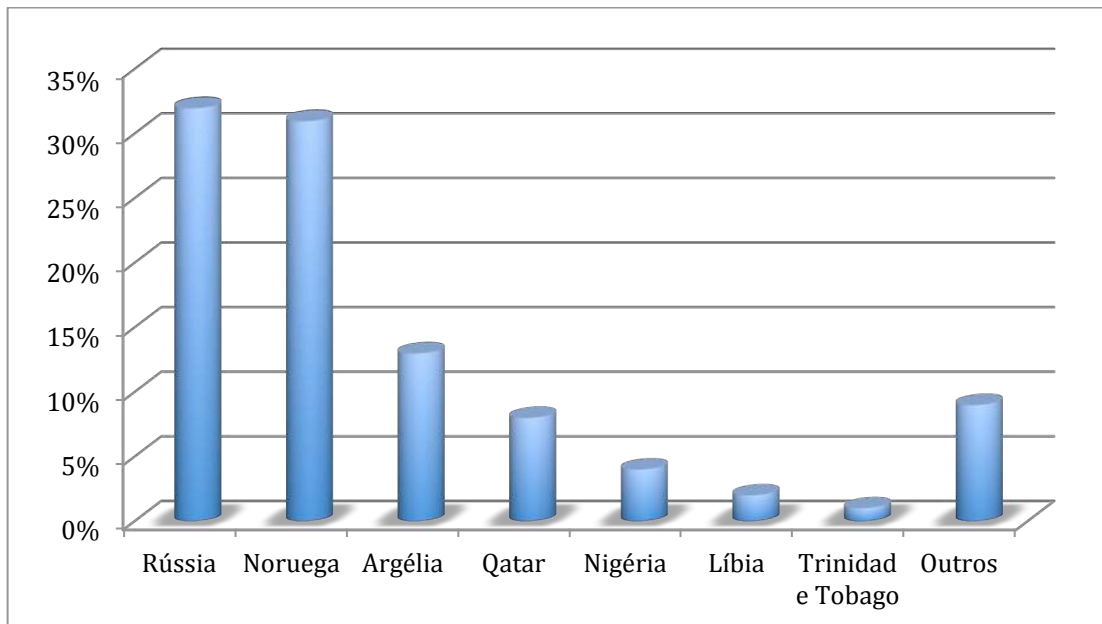
Fonte: UE, 2014

Figura 9 – Origem das importações de petróleo extra-UE



Fonte: Elaborado pela autora com dados de UE, 2014.

Figura 10 – Origem das importações de gás natural extra-UE



Fonte: Elaborado pela autora com dados de UE, 2014.

Larsson (2007) estima que entre 1991 e 2007 tenham ocorrido 55 incidentes envolvendo cortes no fornecimento energético russo (sejam cortes de fato ou a ameaça deles). Desse número, ao menos vinte ocorreram sob a administração Putin e apenas 11 sucederam sem motivações políticas. Destacam-se aqui duas disputas políticas da Rússia que acabaram comprometendo a segurança energética do bloco europeu. Em 2006, a Gazprom decidiu cortar o fornecimento de gás natural à Ucrânia, devido a divergências nos preços. Essa medida, no entanto, afetou diretamente a UE, pois o suprimento do bloco é transportado através do mesmo gasoduto. Embora a Rússia tenha cortado apenas a parcela destinada ao consumo ucraniano, houve cortes no volume recebido pela UE. Moscou alegava que sua motivação era estritamente econômica, mas, para Kiev, a Rússia estava agindo por razões políticas. Isso porque as relações entre os dois países decaíram a partir da Revolução Laranja⁵¹, em 2004, cujo resultado foi a eleição de Yushchenko, candidato pró-Occidente. Em 2009, novamente divergências a respeito do preço do gás levaram a Rússia a cortar o fornecimento ucraniano e mais uma vez a UE foi afetada.

Esse cenário demonstra uma alteração no equilíbrio de poder entre esses dois atores, pois “hoje é Moscou que define o ritmo das relações UE-Rússia. [...] Enquanto nos anos 1990 todos estavam falando sobre a dependência russa dos créditos ocidentais, agora todos falam sobre a dependência Ocidental do gás russo” (LEONARD; POPESCU, 2007, p.7, tradução nossa⁵²). Diante desse quadro, a UE tem buscado traçar estratégias que possibilitem diminuir sua dependência dos hidrocarbonetos russos, pois compreendeu que “nada como a dependência energética simboliza tão bem a alteração [desse equilíbrio]” (ALMEIDA, 2008, p. 22).

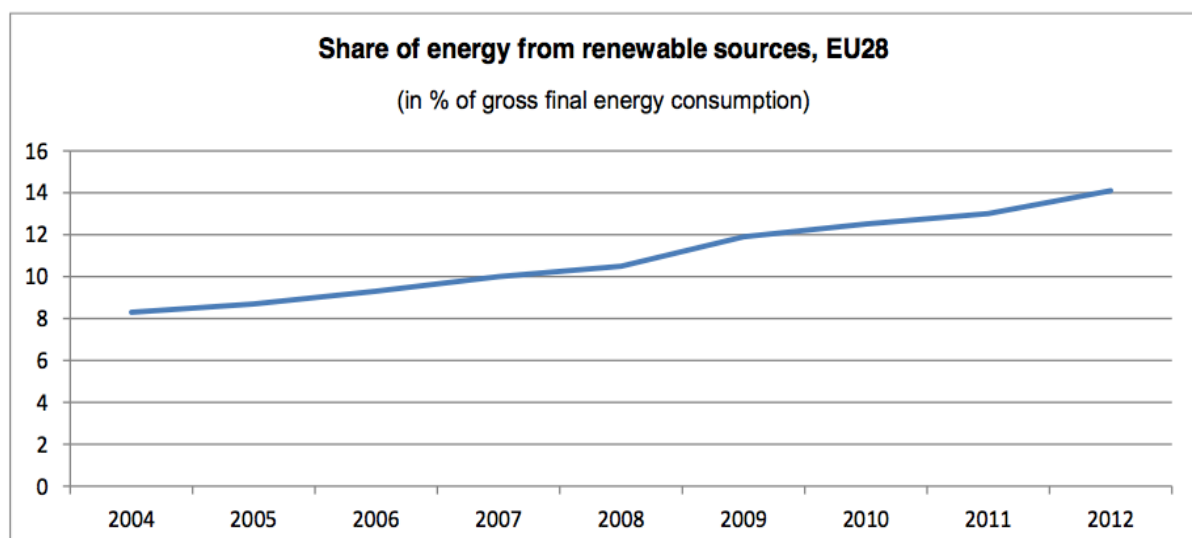
Assim, a abordagem que tem sido empregada pelo bloco envolve três aspectos: a criação de mecanismos internos para garantir um fornecimento energético sustentável; medidas externas para integrar a energia a uma política externa e de segurança europeia comum; e medidas internas e externas para lidar especificamente com a proteção da infraestrutura energética (ROSNER, 2009).

⁵¹ Foi o movimento que começou após as eleições de 2004, nas quais venceu Yanukovich, considerado pró-Rússia. O processo eleitoral, no entanto, foi marcado por fraudes e irregularidades, o que gerou a onda de protestos conhecida como Revolução Laranja. Como consequência, o resultado foi anulado e novas eleições foram convocadas. Dessa vez, venceu Yushchenko.

⁵² No original: “Today it is Moscow that sets the pace for EU-Russia relations. [...] While in the 1990s everybody was talking about Russian dependence on Western credits, now everyone talks about Western dependence on Russian gas”.

No que concerne aos mecanismos internos, a UE tem se preocupado principalmente em diversificar sua matriz energética. Essa medida está intimamente relacionada à questão ambiental, a qual não apenas se constitui como uma solução para gerir a insegurança energética, mas é também uma preocupação culturalmente presente no pensamento da UE, a qual se vê como líder na promoção mundial dessa fonte (ROSNER, 2009). Dessa forma, a participação de fontes renováveis tem aumentado nos últimos anos, tendo praticamente dobrado entre 2004 e 2012, conforme mostra a Figura 11. Além disso, em 2010, a Comissão Europeia elaborou a estratégia “Europa 2020”, com propostas de crescimento sustentável para a próxima década⁵³. Dentre as proposições, o documento inclui metas de eficiência energética e de aumento da participação de fontes renováveis nos países membros e na UE, o que, por um lado, já se concretizou em alguns Estados e, por outro, ainda está longe de ser alcançado em outros, conforme ilustra a Figura 12. A preocupação ecológica se mostra presente também na tentativa europeia de diminuir a utilização do carvão – que atualmente responde por cerca de 17% do consumo total do bloco (UE, 2014) – como fonte energética, para poder cumprir os compromissos assumidos com o Protocolo de Kyoto. Por isso, as fontes alternativas são chave para que a UE consiga satisfazer seus objetivos ambientais sem aumentar ainda mais sua dependência externa.

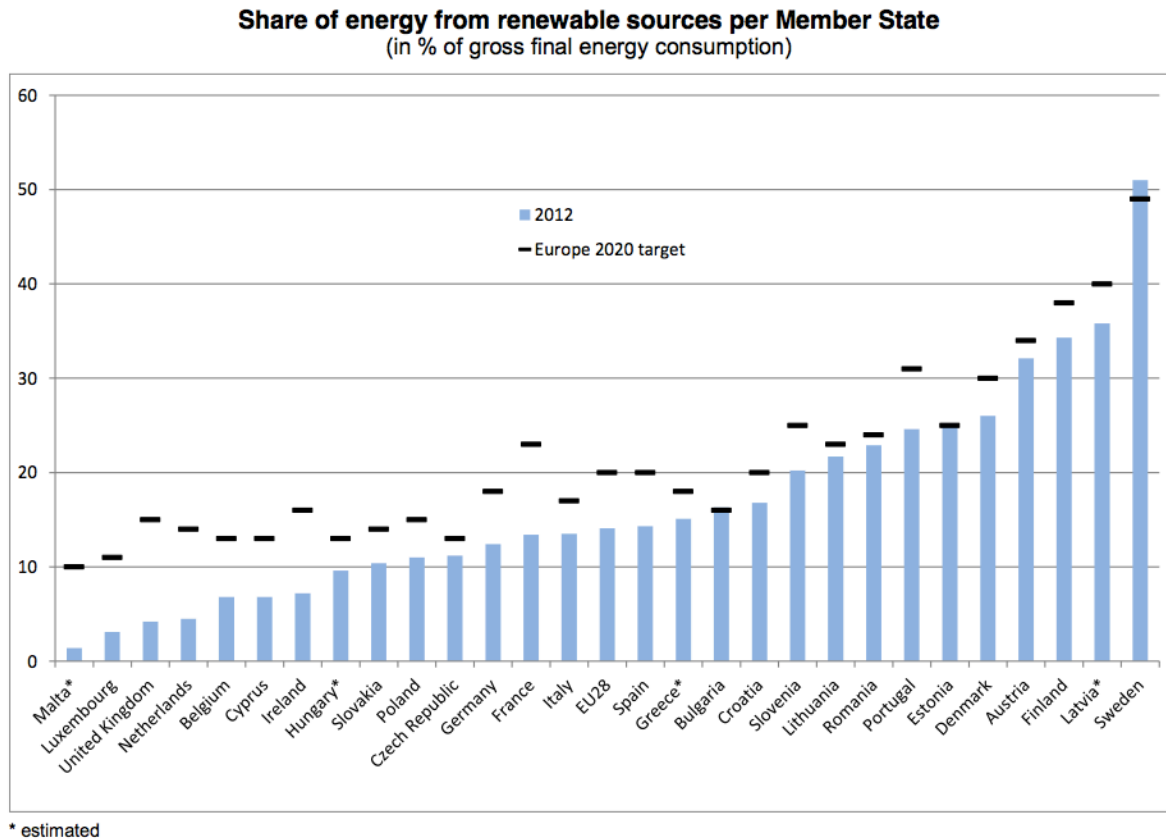
Figura 11 – Participação de energias renováveis na UE



Fonte: EUROSTAT, 2014

⁵³ O documento completo pode ser acessado através do link:
<<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:EN:PDF>>.

Figura 12 – Participação de energias renováveis por Estado-membro



Fonte: EUROSTAT, 2014

Na estratégia de diversificação também está incluso o aproveitamento das fontes internas, dentre as quais destaca-se a nuclear, que responde por 28% da produção total de energia no bloco e por 14% do consumo total. Por ser produzida internamente e por ser ecologicamente correta, a energia nuclear tem sido central na tentativa europeia de diminuir sua sensibilidade e vulnerabilidade. No entanto, a decisão alemã de abandonar essa fonte até 2022 e a intenção belga e espanhola de seguir na mesma direção podem aumentar a dependência externa, mesmo com os investimentos em renováveis. Além disso, será difícil para a Europa cumprir as metas da estratégia “Europa 2020” sem revisitar a questão nuclear, sem assumir custos econômicos significativos e sem comprometer o fornecimento necessário aos consumidores europeus (ROSNER, 2009). Nesse cenário, o projeto é

muito mais um programa ambiental do que uma estratégia de segurança energética e um [programa] que claramente demonstra que para a Europa [a] gestão ambiental ganha das considerações de segurança energética. O

plano corre o risco de que enquanto a UE 27⁵⁴ se desenvolva como um player estratégico global, ela concomitantemente se marginalize como mestre de seu próprio destino energético (ROSNER, 2009, p. 164, tradução nossa⁵⁵).

Um outro fator que poderia atenuar a dependência europeia da Rússia está relacionado ao significativo desenvolvimento da extração de petróleo e gás de xisto nos EUA, pois estima-se que o país se torne um exportador de petróleo até 2030 (AIE, 2012). Naturalmente, a UE seria um destino prioritário dessas exportações e passaria a contar com um fornecedor confiável. No entanto, os problemas ambientais que tornam essa técnica controversa nos EUA são os mesmos que impedem muitos países europeus de utilizá-la em seu próprio território. Dessa forma, ainda não se pode afirmar com segurança que o suprimento norte-americano de recursos extraídos do xisto seja uma solução para amenizar a dependência em relação a Moscou.

Quanto a medidas externas, a estratégia da UE objetiva integrar a energia a uma política externa e de segurança comum para lidar com a dependência energética russa. No entanto, esse projeto é um grande desafio, pois se compartilhar da mesma postura em relação à Rússia por si só já é difícil, mais complexo ainda é transpor essa posição para o setor energético, como se verá no item 4.2 a seguir.

Por fim, a estratégia da UE inclui a proteção à infraestrutura energética, principalmente em relação aos gasodutos, pois o comércio de gás natural cria uma ligação física entre produtor e consumidor (HARSEM; CLAES, 2013). Por isso, a UE também tem investido na instalação de terminais de GNL a fim de diminuir sua dependência em relação a gasodutos, os quais são, em sua maioria, controlados pela Rússia. Esses investimentos ainda não são suficientes para consolidar uma alternativa de longo prazo, mas já contribuíram para a redução das importações via gasoduto de 86% em 2003 para 78% em 2010 (HARSEM; CLAES, 2013).

Além dessas medidas, a UE procura diversificar seus fornecedores, mas para que isso ocorra, é preciso encontrar novas rotas de transporte. Nesse âmbito, a principal estratégia do bloco direciona-se à Ásia Central. Em relação ao petróleo,

⁵⁴ Texto escrito antes da entrada da Croácia no bloco.

⁵⁵ No original: “[...] much more of an environmental program than an energy security strategy and one that clearly demonstrates that for Europe environmental stewardship trumps energy security considerations. The plan runs the risk that as the EU 27 develops as a global strategic player it concurrently marginalizes itself as master of its own energy destiny”.

espera-se que o Azerbaijão possa aumentar seu escoamento para a Europa através do oleoduto Baku-Tblisi-Ceyhan (BTC), o qual escoo o recurso no Mar Mediterrâneo através da Geórgia e da Turquia, sem passar, portanto, pela Rússia. Também deste país espera-se um maior suprimento de gás, por meio do gasoduto do sul do Cáucaso (SCP⁵⁶), cuja expansão está prevista para ser concluída em 2017. Tanto Cazaquistão quanto Turquemenistão também são vistos como países com potencial para aumentar suas participações nas importações europeias em relação a petróleo e gás, respectivamente, mas no caso desses países, o escoamento ainda ocorre via Rússia (ROSNER, 2009).

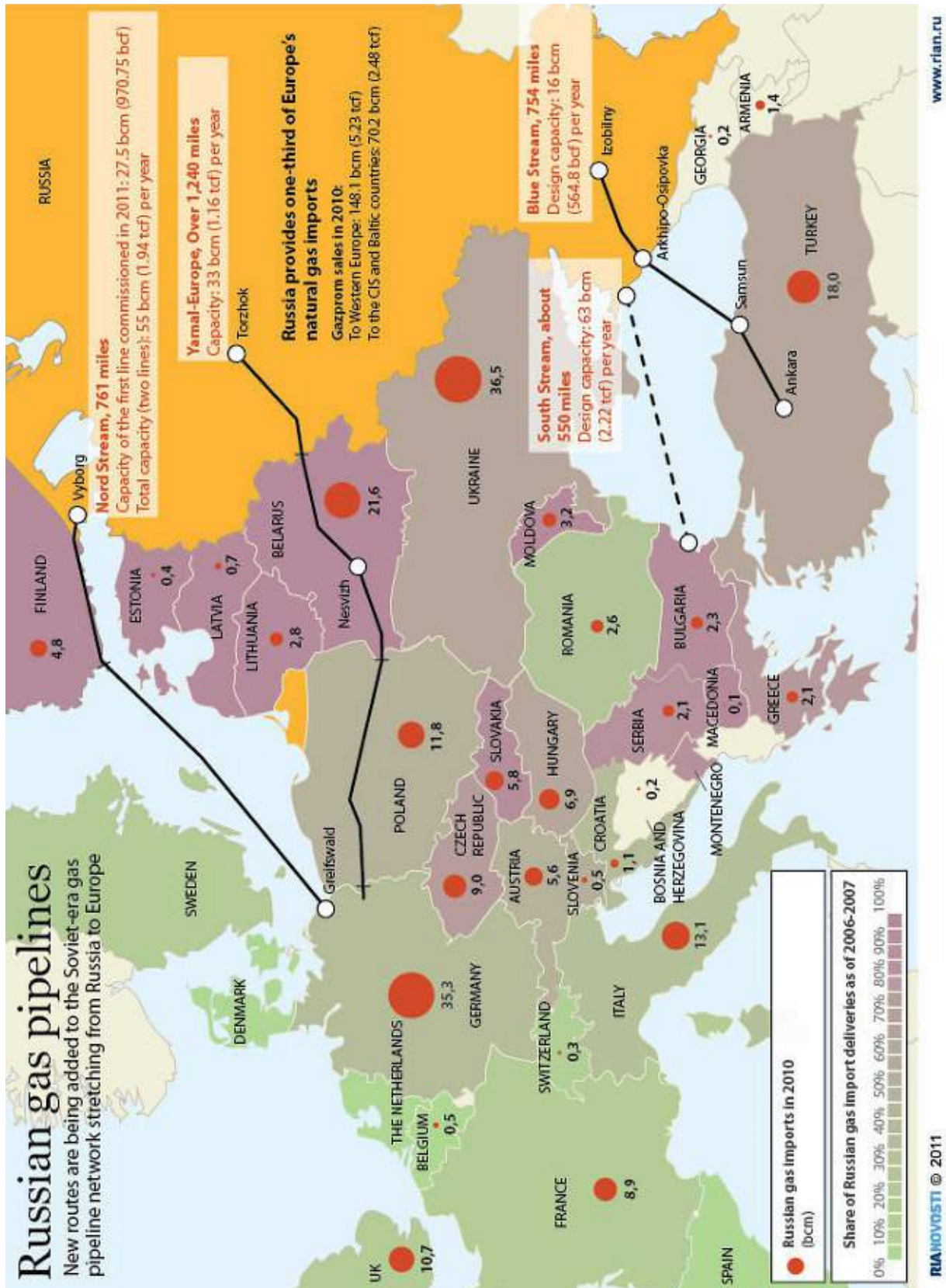
Além disso, já que não se pode evitar completamente a Rússia, a UE tem buscado rotas que evitem a Ucrânia, como os gasodutos *Nord Stream*, que abastece a Alemanha através do mar Báltico, e *South Stream*, que atravessará o mar Negro até a Bulgária, abastecendo outros países a partir desse ponto. Na Figura 13 é possível visualizar essas novas alternativas de transporte.

Não obstante, a falta de coesão europeia prejudica o bloco também na esfera da infraestrutura. Foi o que ocorreu em relação ao projeto do gasoduto Nabucco (Figura 14), que evitaria que o suprimento do Mar Cáspio passasse pelos territórios da Rússia e da Ucrânia antes de chegar à Europa. Esse projeto foi amplamente incentivado pelos EUA, pois afastaria a influência russa da UE. No entanto, acordos da Rússia com Itália, Áustria, Hungria e Bulgária enfraqueceram o bloco como um todo, o que resultou no arquivamento do projeto em 2013.

Em suma, a estratégia europeia para aumentar a segurança energética inclui a diversificação da matriz energética – principalmente através das fontes renováveis –, a diversificação dos fornecedores – ampliando a participação dos países da bacia do mar Cáspio – e a diversificação das rotas de transporte – através da construção de novos oleodutos e gasodutos e da ampliação da infraestrutura existente. No entanto, esse projeto deve ser perseguido através de uma política energética comum, o que até o momento não se consolidou. Essa falta de coesão, por sua vez, favorece a Rússia, concedendo-lhe vantagem na relação de interdependência assimétrica entre esses dois atores.

⁵⁶ Sigla em inglês para South Caucasus Pipeline.

Figura 13 – Novos gasodutos



Fonte: <http://en.ria.ru/images/16678/83/166788372.jpg>

Figura 14 – Projeto Gasoduto Nabucco



Fonte: http://www.dw.de/image/0,,6560755_4,00.jpg

4.2 A RELAÇÃO DE INTERDEPENDÊNCIA RÚSSIA – UE

As dificuldades encontradas pela União Europeia para contornar o problema da dependência energética demonstram que, ao longo dos últimos anos, houve uma alteração na balança de poder das relações entre a Rússia e a UE. Para Leonard e Popescu (2007), o principal motivo que levou a essa mudança foi a falta de união do bloco europeu diante de uma Rússia recuperada e fortalecida. As dificuldades abrangem tanto as diferentes posições existentes entre os Estados-membros com relação à Rússia, de forma geral, quanto no que se refere ao suprimento energético proveniente do país, mais especificamente. Leonard e Popescu (2007) identificam cinco estratégias diferentes entre os Estados-membros com relação a Moscou, esquematizadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Estratégias dos Estados-membros em relação à Rússia

Política em relação à Rússia	Descrição	Países que adotam ⁵⁷
Cavalos troianos	Defendem com frequência os interesses russos na UE e estão dispostos a vetar posições comuns do bloco	Chipre e Grécia
Parceiros estratégicos	Possuem uma relação especial com a Rússia, o que ocasionalmente enfraquece políticas comuns do bloco	França, Alemanha, Itália e Espanha
Pragmáticos amigáveis	Mantêm uma relação próxima com a Rússia e tendem a colocar seus interesses comerciais acima de seus objetivos políticos	Áustria, Bélgica, Bulgária, Finlândia, Hungria, Luxemburgo, Malta, Portugal, Eslováquia e Eslovênia
Pragmáticos frios/indiferentes	Focam nos interesses comerciais mas têm menos medo de manifestar-se contra o comportamento russo em direitos humanos e outros assuntos	República Tcheca, Dinamarca, Estônia, Irlanda, Letônia, Países Baixos, Romênia, Suécia e Reino Unido
Novos guerreiros frios	Possuem uma relação bastante hostil com Moscou e estão dispostos a utilizar o veto para bloquear negociações da UE com a Rússia	Lituânia e Polônia

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Leonard e Popescu, 2007.

Esse quadro se torna ainda mais complexo quando se observa a dependência energética individual de cada país em relação à Rússia, a qual varia muito, tornando ainda mais difícil planejar uma política comum para todos os Estados-membros. A Tabela 1 a seguir mostra a porcentagem das importações de petróleo e de gás

⁵⁷ A classificação não inclui a Croácia, país que ainda não havia entrado no bloco no momento da elaboração deste estudo.

natural provenientes da Rússia em relação ao total importado de fora da UE desses recursos por cada país.

A tabela mostra que dos 28 membros, 7 possuem mais de 75% do petróleo que importam originário de Moscou. Destes, excetuando-se a Finlândia, todos eram aliados da ex-URSS. Os dados para o gás natural são ainda mais alarmantes, pois 12 membros da UE têm mais de 75% das importações desse recurso proveniente da Rússia e novamente, com exceção da Finlândia e da Áustria, esse percentual corresponde a países do leste europeu.

São muito diversos, portanto, tanto os posicionamentos individuais de cada país quanto sua dependência em relação ao Kremlin. Isso torna complexa a elaboração de uma política externa comum. Observa-se, por exemplo, que, embora predomine uma maior dependência nos países do leste europeu, muitos desses Estados se encontram nas duas últimas categorias da classificação de Leonard e Popescu (2007). Logo, estão dispostos a desafiar a Rússia quando há divergência política, mesmo com a questão energética em jogo⁵⁸. Essa Europa pouco uniforme favorece Moscou, pois permite ao país adotar acordos bilaterais através da negociação individual com cada membro, em uma estratégia que Smith (2008) chama de “dividir e dominar”, o que enfraquece a UE. Conforme Rosner (2009, p. 167, tradução nossa⁵⁹) aponta,

[...] para a UE aumentar sua segurança energética requer uma unidade de voz e propósito em negociar com a Rússia. Até então isso falhou em se materializar. A política russa em seguir estabelecendo laços energéticos bilaterais com Estados-membros individuais da UE tem até agora conseguido deixar a UE efetivamente muda e ademais impotente em confrontar a agressão russa, dentro ou fora de um quadro político energético específico, em assuntos de fundamental importância e chave para as nações democráticas da UE. Caso isso continue, o domínio da UE de controlar seu próprio futuro em segurança energética está certo para deslizar ainda mais vis-à-vis uma Federação Russa movida a combustíveis fósseis.

⁵⁸ Esse comportamento está relacionado também à questão identitária, pois após o fim da URSS, muitos desses países passaram a definir sua identidade em oposição à Rússia, para firmarem-se como parte do Ocidente. Para maiores informações a esse respeito ver Zhebit (2010).

⁵⁹ No original: “[...] for the EU to enhance its own energy security requires a unity of voice and purpose in negotiating with Russia. Thus far this has failed to materialize. Russia’s policy in forging ahead on establishing bilateral energy ties with individual EU member states has thus far succeeded in rendering the EU effectively mute and moreover impotent in confronting Russian aggression, within or outside an energy specific policy framework, on issues of fundamental importance and principle to the democratic nations of the EU. Should this continue, the EU’s grasp on controlling its own energy security future is sure to slip even further vis-à-vis a fossil-fueled Russian Federation”.

Tabela 1 – Participação das importações da Rússia de petróleo e gás natural por país

Países agrupados conforme sua estratégia em relação à Rússia		Participação (%) das importações da Rússia no total das importações extra-UE de petróleo	Participação (%) das importações da Rússia no total das importações extra-UE de gás natural
Cavalos troianos	Chipre	0-25	0-25
	Grécia	25-50	50-75
Parceiros estratégicos	França	0-25	0-25
	Alemanha	25-50	25-50
	Itália	25-50	25-50
	Espanha	0-25	0-25
Pragmáticos amigáveis	Áustria	0-25	75-100
	Bélgica	25-50	0-25
	Bulgária	75-100	75-100
	Finlândia	75-100	75-100
	Hungria	75-100	75-100
	Luxemburgo	0-25	0-25
	Malta	0-25	0-25
	Portugal	0-25	0-25
	Eslováquia	75-100	75-100
Pragmáticos frios/indiferentes	Eslovênia	0-25	75-100
	República Tcheca	75-100	75-100
	Dinamarca	0-25	0-25
	Estônia	0-25	75-100
	Irlanda	0-25	0-25
	Letônia	0-25	75-100
	Países Baixos	25-50	0-25
	Romênia	25-50	75-100
Novos guerreiros frios	Suécia	25-50	0-25
	Reino Unido	0-25	0-25
	Lituânia	75-100	75-100
	Polônia	75-100	75-100
	Croácia	50-75	0-25

Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados da Eurostat, 2014a.

Isso demonstra as dificuldades do bloco em unir-se efetivamente em matéria energética, pois cada país possui uma matriz diferente e, embora haja um consenso em relação à necessidade de investir-se em fontes alternativas, os Estados não estão dispostos a permitir que Bruxelas dite a composição de sua matriz energética no nível nacional (ROSNER, 2009). Essa desconexão entre a UE e os Estados-membros decorre do fato de que se está tratando de um assunto extremamente estratégico, o qual mescla-se com a própria segurança estatal e, portanto, é difícil adotar uma política comum. Não obstante, essa dificuldade precisará ser superada para que o bloco de fato possa tornar-se menos sensível e vulnerável diante de Moscou, pois o cenário atual mostra que, “em suma, a Rússia transformou sua fraqueza em poder, enquanto o poder da Europa foi transformado em fraqueza” (LEONARD; POPESCU, 2007, p. 10).

A falta de coesão europeia já mostrou suas consequências prejudiciais para a UE na prática, como na ausência de uma resposta uniforme às crises envolvendo o fornecimento de gás em 2006 e 2009, pois enquanto alguns países decretavam estado de emergência, outros conseguiam encontrar alternativas mais rapidamente e, por isso, não pressionaram a Rússia da mesma forma. Essa situação reflete a maior preponderância russa e como o país vem cada vez mais ditando as regras do jogo.

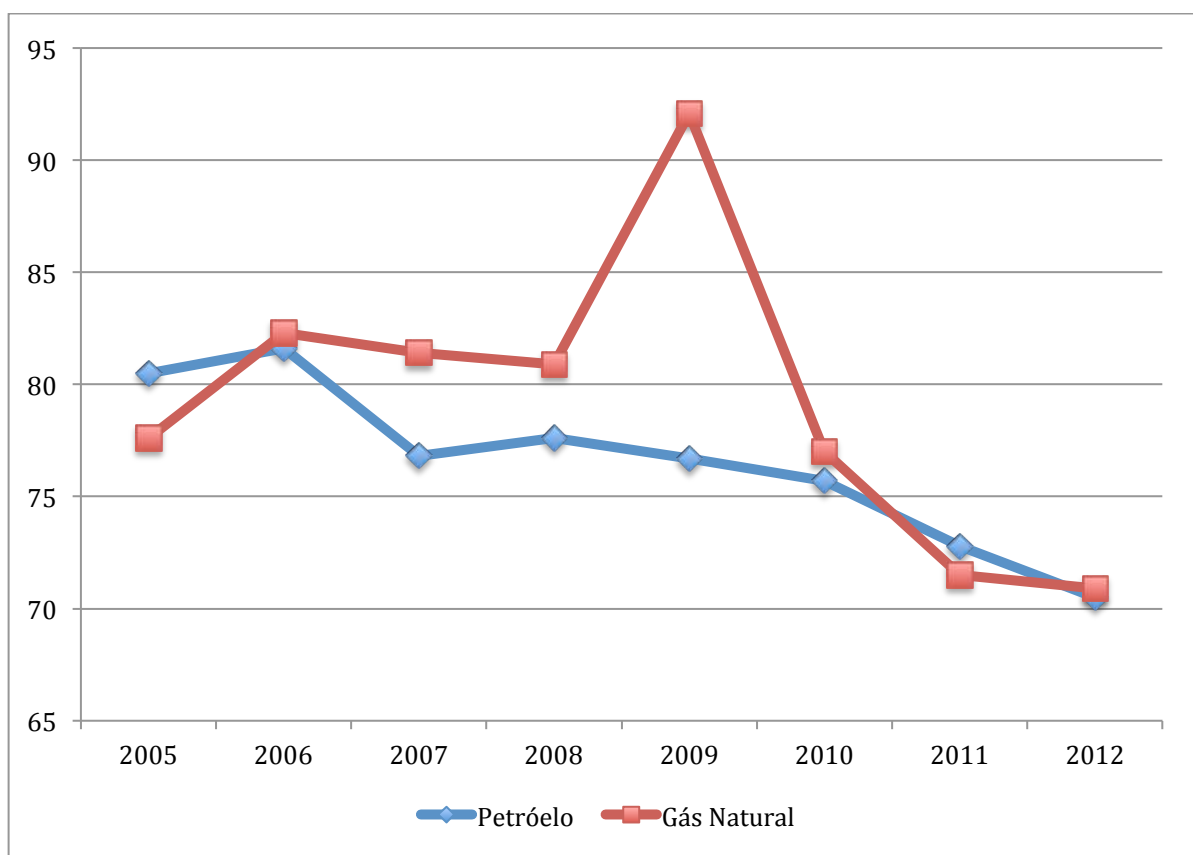
No entanto, esse quadro surpreende quando se comparam as capacidades dos dois atores, pois, em praticamente todos os níveis, a UE continua a superar a Rússia. Em termos de PIB, de estabilidade econômica, de população, de participação em instituições internacionais, dentre outras esferas, é inegável a vantagem europeia. Assim, a alteração no equilíbrio dessa relação reforça a centralidade e a importância da questão energética, pois “se definirmos poder como a habilidade de alcançar objetivos e não como os recursos que um país controla, a Rússia está em ascendência; e ela frequentemente usa esse poder para enfraquecer a União [Europeia]” (LEONARD; POPESCU, 2007, p. 10, tradução nossa⁶⁰).

A vantagem russa sobre a UE pode também ser concluída através da análise do quanto a renda proveniente das exportações de recursos energéticos para a

⁶⁰ No original: “If one defines power as the ability to achieve objectives rather than as the resources a country commands, Russia is in the ascendant; and it frequently uses that power to weaken the Union”.

Europa representa do total russo adquirido com esse comércio. Conforme mostra o gráfico da Figura 15, esse percentual ainda é alto, mantendo-se sempre acima de 70% no período compreendido entre 2005 e 2012. No entanto, essa participação mostra uma tendência decrescente. Isso significa que a Rússia ainda é significativamente dependente da UE no que concerne à sua segurança energética de demanda, porém o país tem buscado a diversificação de seus compradores, o que lhe aumenta o poder de barganha política em negociações com a Europa.

Figura 15 – Participação (%) da UE nas exportações russas de hidrocarbonetos



Fonte: Elaborado pela autora com dados da Eurostat, 2014a.

Dessa forma, ao analisar-se a relação entre a Rússia e o bloco europeu, observa-se a dependência de ambos os lados, mas a balança de poder parece pesar mais do lado russo. A razão principal para essa conclusão é que o elo central dessa ligação não é o comércio de uma commodity qualquer, mas sim um produto estratégico, fundamental para a manutenção dos Estados europeus. Assim, é mais fácil para a Rússia substituir suas importações europeias por outras provenientes de outros países do que para a UE encontrar novos fornecedores, pelo menos a curto e

médio prazos. Por sua vez, pelo fato de os hidrocarbonetos serem um produto estratégico para os Estados, há uma grande dificuldade por parte do bloco em unir-se através de uma política externa comum para enfrentar os desafios impostos pela segurança energética no continente. Essa desunião tem facilitado as negociações no setor para Moscou, que segue estabelecendo acordos energéticos bilaterais com os Estados-membros.

Ademais, a segurança energética por si só é uma preocupação relativamente nova, mas o tema é ainda mais recente na UE do que na Rússia. Isso porque a segurança energética esteve presente na formulação de políticas neste país desde o pós-Guerra Fria, enquanto na Europa o conceito é ainda vago (HADFIELD, 2008).

Essa preponderância russa na relação não significa, contudo, que o país esteja disposto a lançar mão da arma energética diante de qualquer divergência política, mas sim que possui a capacidade para isso. Dessa forma, a Rússia é percebida como uma ameaça latente para a segurança energética da Europa, o que lhe confere significativo poder de barganha. Cabe esclarecer que isso não significa que a Rússia seja capaz de alterar a política nos Estados importadores, especialmente naqueles relativamente mais poderosos, mas que as exportações podem servir como uma “ferramenta preventiva”, como uma “gas-for-silence-strategy” (HARSEM; CLAES, 2013, p. 786), ou seja, como forma de evitar críticas a seu comportamento advindas desses países. Essa ferramenta também pode ser interpretada como uma capacidade de *linkage*, nos termos da teoria da interdependência, isto é, utilizar a vantagem em um setor para melhor barganhar em outro.

4.3 CONCLUSÕES PARCIAIS

A possibilidade da Rússia utilizar seus recursos energéticos como arma política tem se materializado mais concretamente no contexto de sua interação com a União Europeia, na qual claramente se denota uma relação de interdependência. Não obstante, essa relação pressupõe uma assimetria favorável a Moscou, pois se por um lado a Rússia depende fortemente da renda proveniente das exportações de hidrocarbonetos à Europa, esta, por outro lado, importa a maior parte desses recursos da Rússia. No entanto, é este país que consegue buscar alternativas a

curto e a médio prazo com maior facilidade, o que a torna a parte menos sensível e menos vulnerável da relação.

Exemplos concretos da disposição de Moscou em cortar o fornecimento de gás natural foram observados ao longo da última década e levaram a UE a buscar alternativas, através da diversificação de sua matriz energética, de seus fornecedores e das rotas de transporte que a abastecem. Esse movimento, no entanto, é acompanhado pela Rússia, que tem igualmente procurado aumentar seu leque de compradores, a fim de diminuir a participação da Europa na renda proveniente de suas exportações energéticas. Nessa dupla movimentação, é a Rússia que tem obtido maior sucesso, principalmente a curto e médio prazo, o que mantém sua preponderância na relação.

Dessa forma, apesar da posição russa não significar uma ameaça iminente para a segurança europeia, ela se constitui como um desafio latente, o que a coloca nas principais preocupações dos líderes europeus. Assim, se a relação do país com a UE é a forma mais evidente de se observar a aplicabilidade do conceito de superpotência energética à Rússia, essa categorização mostra-se coerente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança energética é um assunto relativamente novo, tanto do ponto de vista da política internacional quanto das Relações Internacionais enquanto disciplina acadêmica. Não obstante, apesar de sua condição recente, a posição hierárquica que esse tema ocupa na agenda internacional de segurança tem sido cada vez mais central, atraindo a atenção tanto de *policy makers* quanto de pesquisadores. Dessa forma, o problema tem avançado na escala de securitização proposta pela Escola de Copenhague, estando crescentemente relacionado à sobrevivência e envolvendo, portanto, medidas extraordinárias para sua resolução.

A problemática da segurança energética não pode ser dissociada da situação de interdependência em que o mundo se encontra, tanto regional quanto globalmente. Isso porque envolve uma rede de relações que abrange desde a produção até o destino final, passando pela infraestrutura de transporte, e tudo isso formando um delicado e intrincado jogo político e econômico. Esse cenário, por sua vez, é composto por variados atores, ligados uns aos outros por essa rede de relações. Dessa forma, problemas, intencionais ou não, em uma parte do processo afetam os demais Estados envolvidos e, por isso, a segurança energética precisa ser pensada a partir da análise dessas relações mutuamente dependentes entre si.

Além disso, a segurança energética não pode ser desvinculada de nenhum dos cinco setores de segurança propostos pela Escola de Copenhague – militar, ambiental, econômico, societal e político –, pois a dinâmica energética possui consequências em todos eles e é também afetada por cada uma dessas dimensões. Por outro lado, a segurança energética vai além dessa setorização, pois possui um escopo próprio que demanda um quadro de políticas específico e que se consolida cada vez mais como área específica de estudo.

A condição da Federação Russa no contexto energético mundial, como detentora de grandes reservas de hidrocarbonetos, altos índices de produção e expressivas exportações, a coloca em uma posição bastante estratégica em termos energéticos. Mas essa posição não é sustentada apenas pela sua capacidade energética, mas sim pela combinação desta com outras vantagens que o país possui, principalmente em termos militares e geopolíticos. No entanto, a Rússia atual contrasta fortemente com o país enfraquecido que surgira com a desintegração da URSS, na década de 1990. Um dos principais fatores que explicam essa mudança

na virada do século foi a centralização política e econômica de questões estratégicas nas mãos do Estado. Dentre essas questões se encontram os recursos energéticos do país. A retomada do controle estatal sobre esse setor foi fundamental não apenas para a recuperação econômica do país, mas fez parte do próprio planejamento estratégico envolvendo a projeção internacional russa, conforme a Concepção de Política Externa concebida em 2000. Essa condição gera insegurança em um Ocidente energeticamente deficitário e dependente do suprimento russo, principalmente na UE, onde a situação de dependência desta é mais crítica, muito embora a relação entre os dois atores se constitua como uma interdependência.

Dessa forma, a possibilidade da Rússia utilizar seus recursos energéticos como arma política é vista como uma possibilidade mais factível de se concretizar em relação à Europa. Por isso, a UE tem buscado alternativas que minimizem os riscos de uma crise envolvendo o corte de fornecimento por pressão política de Moscou. Sua estratégia tem centrado fundamentalmente no investimento em energias renováveis que possam diminuir a participação dos hidrocarbonetos em sua matriz energética e também na construção de novos dutos que contornem zonas de risco e que a liguem a novos fornecedores, localizados principalmente na bacia do Mar Cáspio. No entanto, a substituição do petróleo e do gás natural por fontes renováveis não encontra perspectiva de concretização tão cedo, pois exige altos investimentos e muita pesquisa, o que possui custo elevado tanto em termos financeiros quanto temporais. Da mesma forma, os investimentos em infraestrutura encontram as mesmas dificuldades e são, portanto, soluções de longo prazo. Por sua vez, a busca por novos fornecedores igualmente encontra limitações, pois não há, até o momento, países com capacidade suficiente para substituir o altíssimo índice de hidrocarbonetos russos importados pela UE. Além disso, o comportamento de seus Estados-membros demonstra que, na prática, a União Europeia encontra-se bastante *desunida* em seu posicionamento em relação tanto à Rússia quanto à questão energética. Esse fator beneficia Moscou, que pode seguir celebrando acordos bilaterais com os países europeus, sem precisar enfrentar uma UE de fato unida.

A seu turno, a Rússia também procura diminuir o seu lado da dependência através da diversificação de seus parceiros comerciais. Assim, a estratégia do país tem se voltado para a Ásia, principalmente para o crescente mercado energético

chinês. Além disso, seu antigo vínculo enquanto URSS com os países da bacia do Mar Cáspio – vistos como uma alternativa pela UE – mantém a infraestrutura logística de exportação desses países ainda fortemente dependente da Rússia. Isso porque esses Estados estão isolados, precisando, portanto, escoar suas exportações de hidrocarbonetos por outros países. Por sua vez, ao se analisar as possíveis rotas alternativas desejadas pela UE, é difícil romper a relação com Moscou sem aumentar financeiramente os custos logísticos ou então sem somar riscos políticos a essa já complicada equação, pois o Ocidente ainda percebe com maior confiança a Rússia do que o Irã – alternativa logisticamente mais viável.

Não obstante, acima de todos esses fatores encontra-se o argumento central que reforça a vantagem russa na interdependência assimétrica que mantém com a UE: trata-se do comércio de um produto estratégico, ou seja, central para a existência dos Estados-membros daquela Organização e não de uma commodity qualquer. Isso significa que é mais fácil para a Rússia encontrar novos demandantes, principalmente países asiáticos em franca expansão, do que para a Europa encontrar um fornecedor capaz de substituir Moscou. Além disso, mesmo sob o risco de receber sanções europeias, a Rússia mostra-se capaz de superá-las, pois vem reforçando alianças políticas e comerciais com países fora do Centro, como os membros dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os países da América Latina e a Ásia. Ressalta-se também que, enquanto as alternativas encontradas pela UE são possibilidades apenas a longo prazo, a Rússia tem conseguido vantagens a curto e médio prazo, catalisadas pelas necessidades de novos consumidores.

Assim, conclui-se que a conjuntura atual que caracteriza a posição russa no cenário energético global, especialmente quando delimitada em função de sua relação com a UE, fornece amparo empírico para a percepção do país como superpotência energética. Dessa forma, o suprimento russo de hidrocarbonetos à UE é condição central para que o país possa utilizar seus recursos energéticos como arma política. No entanto, esse fornecimento não é suficiente, pois o que diferencia a Rússia de outros países energeticamente favorecidos é a combinação de sua capacidade energética com seu aparato militar e nuclear significativo, seu papel político internacional relevante como membro permanente do CSNU e sua localização geográfica estratégica, situada entre a Europa e a Ásia, o que lhe permite expandir-se para ambas as direções. Ademais, sua condição de

superpotência inimiga dos Estados Unidos há menos de duas décadas atrás é um motivo que endossa as desconfianças do Ocidente – neste trabalho mais especificamente representado pela UE.

Assim, a relevância russa em termos energéticos é complementada por outros âmbitos em que o país também se destaca, o que faz com que – diferentemente de outros Estados igualmente ricos energeticamente – seja percebido como uma superpotência energética, ou seja, capaz de utilizar seus recursos energéticos para exercer influência política em termos globais. Cabe lembrar ainda que a Rússia não só possui capacidade de utilizar seus recursos energéticos como arma política, como já o fez em situações anteriores ao longo da última década e meia, prejudicando o suprimento da UE por motivações políticas próprias. Isso reforça sua percepção de superpotência energética, nos termos definidos neste trabalho.

Por fim, convém ressaltar que essa é a condição que caracteriza o cenário atual, de curto e médio prazos, mas não é uma condição estrutural e, portanto, pode ser alterada no longo prazo. Se a Europa aumentar ainda mais seus investimentos em pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis e aprimorar a infraestrutura que a liga a fornecedores alternativos de hidrocarbonetos, pode melhorar sua posição na assimetria, diminuindo, pois, sua sensibilidade e vulnerabilidade. Por outro lado, se a Rússia não conseguir aumentar seus níveis de produção e não for capaz de diversificar sua pauta de exportação nem seus fornecedores, também Moscou pode fragilizar-se na interdependência. Não obstante, o que se observa hoje é uma Federação Russa cada vez mais fortalecida e munida de hidrocarbonetos diante de uma UE desunida em matéria energética e sedenta por esse recurso, sem alternativas efetivas que a livrem tão cedo de Moscou.

REFERÊNCIAS

ADAM, Gabriel. A Ásia Central na Política Externa Russa dos Governos Putin e Medvedev. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 135-164.

AIE. **Are we entering a golden age of gas?:** World Energy Outlook 2011. Paris: Agência Internacional de Energia, 2011. Disponível em: <http://www.worldenergyoutlook.org/media/weowebiste/2011/WEO2011_GoldenAgeofGasReport.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

AIE. **Energy Security**. 2014. Disponível em: <<http://www.iea.org/topics/energysecurity/subtopics/whatisenergysecurity/>>. Acesso em: 17 ago. 2014.

AIE. **Global Energy Trends: Focus on oil & gas**. [s.l.]: Agência Internacional de Energia, 2012a. Disponível em: <http://www.iea.org/media/mvdh/mexico_seminar.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

AIE. **World Energy Outlook 2012: Executive Summary**. Paris: Agência Internacional de Energia, 2012.

AIE. **World Energy Outlook 2013**. Londres: Agência Internacional de Energia, 2013a. Disponível em: <<http://www.worldenergyoutlook.org/pressmedia/recentpresentations/londonnovember12.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2014.

ALMEIDA, João Marques de. A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do «pós-Guerra Fria». **Relações Internacionais**. [s.l.], p. 17-29. dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/ri/n20/n20a02.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014.

BICALHO, Ronaldo; QUEIROZ, Renato. **Segurança Energética e Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Centro de Excelência da Economia da Energia, 2012.

BP. **BP Energy Outlook 2035**. [s.l.]: British Petroleum, 2014. Disponível em: <http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/Energy-economics/Energy-Outlook/Energy_Outlook_2035_booklet.pdf>. Acesso em: 25 set. 2014.

BUZAN, Barry; HANSEN, Lene. **A evolução dos Estudos de Segurança Internacional**. São Paulo: Unesp, 2012.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. London: Lynne Rienner Publishers, 1998.

BUZAN, Barry. Rethinking Security after the Cold War. **Cooperation And Conflict**, [S.l.], v. 32, n. 1, p.5-28, mar. 1997.

CARMO, Corival Alves do. Rússia e China: Contrastes na inserção econômica internacional. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 87-110.

CFR (Council on Foreign Relations). **The Shanghai Cooperation Organization**. 2009. Disponível em: <<http://www.cfr.org/china/shanghai-cooperation-organization/p10883>>. Acesso em: 20 out. 2014.

EIA. **Oil and natural gas sales accounted for 68% of Russia's total export revenues in 2013**. [s.l.]: Us Energy Information Administration, 2014. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=17231>>. Acesso em: 20 set. 2014.

EIA. **Russia: Country Analysis Brief Overview**. [s.l.]: Us Energy Information Administration, 2013a. Disponível em: <<http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=RS>>. Acesso em: 20 out. 2014.

EIA. **Shale oil and shale gas resources are globally abundant.** [s.l]: Us Energy Information Administration, 2013. Disponível em: <<http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=11611>>. Acesso em: 20 set. 2014.

EU Energy in Figures: Statistical Pocketbook 2014. Luxemburgo: União Europeia, 2015.

EUROSTAT. **Renewable energy in the EU28.** Bruxelas: União Europeia, 2014. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_PUBLIC/8-10032014-AP/EN/8-10032014-AP-EN.PDF>. Acesso em: 17 set. 2014.

EUROSTAT. **Statistical analysis of EU trade in energy products, with focus on trade with the Russian Federation.** Bruxelas: União Europeia, 2014a. Disponível em: <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/Trade_in_energy_products>. Acesso em: 17 set. 2014.

FEDERAÇÃO RUSSA. **THE FOREIGN POLICY CONCEPT OF THE RUSSIAN FEDERATION.** 2000. Disponível em: <<http://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>>. Acesso em: 03 set. 2014.

FUSER, Igor. **Energia e Relações Internacionais.** São Paulo: Saraiva, 2013.

GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry. **International Relations: The Key Concepts.** Londres: Routledge, 2002.

HADFIELD, Amelia. EU - Russia Energy Relations: Aggregation and Aggravation. **Journal Of Contemporary European Studies.** [s.l], p. 231-248. ago. 2008.

HAGE, José Alexandre Altahyde. A Rússia e sua Reconstrução do Poder Nacional. In: PECEQUILLO, Cristina Soreanu. **A Rússia: Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 195-214.

HARSEM, Øistein; CLAES, Dag Harald. The interdependence of European–Russian energy relations. **Energy Policy**. [s.l], p. 784-791. ago. 2013. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0301421513002851>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

HOUGH, Peter. **Understanding Global Security**. Londres: Routledge, 2004.

IEA. **2013 Key World Energy Statistics**. Paris: International Energy Agency, 2013.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Power and interdependence**. New York: Longman, 2001.

KING, Charles. The Five-Day War: Managing Moscow After the Georgia Crisis. **Foreign Affairs**. [s.l], on-line, nov. 2008. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/64602/charles-king/the-five-day-war>>. Acesso em: 10 out. 2014.

KLARE, Michael T. **Resource Wars: the new landscape of global conflict**. Nova Iorque: Owl Books, 2002

KLARE, Michael T. **Sangre y Petróleo: Peligros y consecuencias de la dependencia del crudo**. Barcelona: Ediciones Urano, 2006.

LAKE, David A. The State and International Relations. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan. **The Oxford Handbook of International Relations**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008. p. 41-61.

LARSSON, Robert L.. **Nord Stream, Sweden and Baltic Sea Security**. Estocolmo: Swedish Defence Research Agency, 2007.

LEONARD, Mark; POPESCU, Nicu. **A Power Audit of EU-Russia Relations**. [s.l]: European Council On Foreign Relations, 2007.

LINS, Hoyêdo Nunes. Energia e Geopolítica. **Atualidade Econômica**. Florianópolis, p. 11-19. jan. 2006.

LUFT, Gal. **The Sino-Russian gas deal**. 2014. Disponível em: <http://www.ensec.org/index.php?option=com_content&view=article&id=551:sino-russian-gas-deal&catid=143:issue-content&Itemid=435>. Acesso em: 20 jun. 2014.

NYE, Joseph S. **Comprender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História**. Lisboa: Galdiva, 2002.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. **ENERGIA COMO RECURSO DE PODER NA POLÍTICA INTERNACIONAL: GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA E O PAPEL DO CENTRO DE DECISÃO ENERGÉTICA**. 2012. 400 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

OKUNEVA, Liudmila. Os 25 Anos da Política Externa da URSS/Rússia: Questões-chave, evolução, perspectivas (1985-2010). In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 23-56.

PALONKORPI, Mikko. **Energy Security and the Regional Security Complex Theory**. Disponível em: <<http://busieco.samnet.sdu.dk/politics/nisa/papers/palonkorpi.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2014.

PETERS, Susanne. Coercive Western Energy Security Strategies: 'Resource Wars' as a New Threat to Global Security. **Geopolitics**, SI, v. 9, n. 1, p.187-212, 2004.

REUTERS. **Don't mess with nuclear Russia, Putin says**. 2014. Disponível em: <<http://uk.reuters.com/article/2014/08/29/russia-putin-conflict-idUKL5N0QZ3HC20140829>>. Acesso em: 20 set. 2014.

ROSNER, Kevin. The European Union: On Energy, Disunity. In: LUFT, Gal; KORIN, Anne. **Energy Security Challenges for the 21st Century**. Santa Barbara: Praeger Security International, 2009. p. 160-175.

RUTLAND, Peter. Russia as an Energy Superpower. **New Political Economy**, [S.l.], v. 2, n. 13, p.203-210, jun. 2008.

SEGRILLO, Angelo. A Política Externa Russa Pós-Guerra Fria. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 57-72.

SMITH, Keith C. **Russia and European Energy Security: Divide and Dominate**. Washington: Center For Strategic And International Studies, 2008.

STERN, Jonathan. **The Russian-Ukrainian gas crisis of January 2006**. Oxford: Oxford Institute For Energy Studies, 2006. Disponível em: <<http://www.oxfordenergy.org/2006/01/the-russian-ukrainian-gas-crisis-of-january-2006/>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, p. 47-80. jan. 2003.

TERRA. **Capacidade nuclear da Rússia está em alerta, diz ministro**. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/mundo/europa/capacidade-nuclear-da-russia-esta-em-alerta-diz->

ministro,cda6067cbe4d5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acesso em: 20 set. 2014.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark. *International Relations theory: realism, pluralism, globalism and beyond*. Nova York: Macmillan, 1987.

YERGIN, Daniel. Ensuring Energy Security. **Foreign Affairs**, [S.l.], v. 85, n. 2, p.69-82, mar. 2006.

YERGIN, Daniel. **The Quest: Energy, Security, and the Remaking of the Modern World**. Londres: Penguin Books, 2012.

ZHEBIT, Alexander. A Rússia e seus Amigos. In: PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Rússia: Desafios Presentes e Futuros**. Curitiba: Juruá, 2010. p. 113-134.